



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Departamento de Processos Psicológicos Básicos

**A coordenação da pandemia de Covid-19 por um líder governamental:
relações verbais com a comunidade via Decretos e mídia social**

João Miguel dos Santos Oliveira

Brasília, setembro de 2023



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Departamento de Processos Psicológicos Básicos

**A coordenação da pandemia de Covid-19 por um líder governamental:
relações verbais com a comunidade via Decretos e mídia social**

João Miguel dos Santos Oliveira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Comportamento, do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências do Comportamento.

Orientadora: Profa. Dra. Laércia Abreu Vasconcelos

Brasília, setembro de 2023

Comissão Examinadora:

Dra. Laércia Abreu Vasconcelos
Universidade de Brasília
Presidente

Dr. Wildo Navegantes de Araújo
Universidade de Brasília
Membro

Fabio Henrique Baia
Universidade de Rio Verde
Membro Externo

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001.

Quero assistir ao Sol nascer
Ver as águas dos rios correr
Ouvir os pássaros cantar
Eu quero nascer
Quero viver
(Cartola,1976)

Agradecimentos

Estudar a pandemia, no transcorrer da mesma, trouxe diversos desafios e lutas, como viver com medo do desconhecido – não saber o que poderia acontecer, quem poderia se infectar, e como seriam realizados todos os trabalhos e projetos neste mestrado. Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus pais, Roberto Miguel de Oliveira e Erenice dos Santos Oliveira. Sem vocês, não haveria essa oportunidade de realizar meu sonho de continuar meus estudos. Obrigado por sempre acreditarem em mim, por estarem ao meu lado, pelo apoio físico e psicológico.

Gostaria de agradecer também à minha companheira, Amanda Gonçalves Vieira, por estar ao meu lado em todas as noites em claro e em todos os dias difíceis, quando eu me perdia, sempre tinha você para me guiar de volta e nunca me deixar desistir do que amo. Obrigado por nunca desistir de mim.

À minha querida orientadora, a Prof.^a Laércia Abreu Vasconcelos, agradeço por todo o esforço e dedicação em orientar esta dissertação. Apesar da intensa rotina de sua vida acadêmica, você sempre foi compreensiva e gentil. Sem suas valiosas orientações, indicações, provocações e adições, este trabalho não seria possível.

A todos os professores que compartilharam seu tempo e dedicação nas disciplinas que cursei, meu mais sincero agradecimento por me ensinarem também sobre dificuldades e deleites da vida acadêmica. Obrigado por ensinarem os novos desafios e projetos, sem perder o rigor com todos os conceitos e métodos utilizados.

Agradeço também a todos os funcionários do Programa pela excelência, competência e empatia nos momentos de desespero, em especial ao Daniel Oliveira, o Tidani, pelo apoio durante toda esta jornada.

Aos meus colegas de curso, agradeço por todas as oportunidades de trocas de ideias e a ajuda mútua. Em especial, agradeço ao pessoal do Grupo de Pesquisa em Fenômenos Culturais, em particular a Cinthia, Virginia, Felipe, Iago e Críscia, que sempre estiveram dispostos a me ajudar. Juntos, conseguimos e continuaremos a avançar e ultrapassar todos os obstáculos.

Gostaria de agradecer a todos os familiares, amigos e amigas que estiveram direta ou indiretamente torcendo e me ajudando, em especial ao meu irmão Mateus Miguel dos Santos Oliveira, por cada conselho, paciência e ajuda em todos os meus pedidos, mesmo fora de sua área de atuação e atrasando suas próprias atividades.

Por fim, gostaria de agradecer à banca por aceitarem o convite e pela importante contribuição neste momento de conclusão do mestrado. Meus sinceros agradecimentos a todos.

Sumário

Lista de Figuras.....	8
Lista de Tabelas	9
Lista de siglas e abreviaturas	10
Resumo	11
Abstract.....	12
Introdução.	13
Uma Abordagem Científica do Comportamento Verbal	15
A Abordagem Seleccionista de Práticas Culturais	21
Análise Comportamental de Leis.....	23
Método.....	26
Base de dados	26
Materiais e Equipamentos	27
Mensuração e Coleta de Dados.....	27
Acordo entre Observadores	29
Procedimento	29
Postagens no Facebook.....	29
Decretos	32
Dados de Mobilidade Urbana.....	33
Dados Epidemiológicos.....	34
Dados Econômicos	34
Resultados.....	35
Publicações no Perfil do Facebook do Governador	36
Decretos Governamentais na Coordenação da Pandemia de Covid-19.....	42
Análise Funcional de Eventos Centrais nos Decretos e Publicações.....	47
Cenário Epidemiológico 1: Início e Primeiro Aumento de Óbitos (26/02/2020 a 07/07/2020).....	49
Cenário Epidemiológico 2: Primeiro Pico de Óbitos (07/07/2020 a 13/08/2020).....	53
Cenário Epidemiológico 3: Segundo Pico de Óbitos (05/02/2021 a 04/05/2021).....	55
Cenário Epidemiológico 4: Queda do Número de Óbitos (10/05/2021 a 05/07/2021).	60
Discussão	63
Referências.....	75
Apêndice A	92
Apêndice B	94

Lista de Figuras

Figura 1: <i>Número de Casos e Óbitos mensais por Covid-19 no DF</i>	38
Figura 2: <i>Número de Interações em Publicações e Número de Óbitos Mensais do DF</i>	39
Figura 3: <i>Publicações Diretamente Relacionadas à Pandemia de Covid-19 e Número de Óbitos Mensais do DF</i>	39
Figura 4: <i>Publicações Mensais em que o Líder Político Utilizou Máscara</i>	40
Figura 5: <i>Publicações em que o Comportamento Verbal e Não-Verbal são Consistentes as Orientações de Prevenção e Controle da Covid-19</i>	41
Figura 6: <i>Percentual de Publicações Mensais que Promovem Comportamentos de Prevenção da Covid-19</i>	42
Figura 7: <i>Decretos Promulgados por Mês sobre a Abertura, Regulamento e Fechamento de Organizações, Setores e Segmentos</i>	43
Figura 8: <i>Decretos Promulgados e novos casos mensais</i>	45
Figura 9: <i>Pontuação dos Decretos e o Índice de Mobilidade Urbana</i>	45
Figura 10: <i>Rendimento Médio Mensal do Trabalho Principal por Categoria Autônomo, Setores Privados e Público e Variação do IPCA e INPC no DF por mês</i>	46
Figura 11: <i>Metacontingências do Cenário Epidemiológico 1: Início e Primeiro Aumento de Óbitos</i> ..	53
Figura 12: <i>Metacontingências do Cenário Epidemiológico 2: Primeiro Pico de Óbitos</i>	55
Figura 13: <i>Metacontingências do Cenário Epidemiológico 3: Segundo Pico de Óbitos</i>	60
Figura 14: <i>Metacontingências do Cenário Epidemiológico 4: Segunda Queda do Número de Óbitos</i>	63

Lista de Tabelas

Tabela 1: Bases de dados	27
Tabela 2: Categorias Utilizadas no registro das publicações	30
Tabela 3: Categorias a Partir das Áreas de Concentração, Coronavírus, Comunicação sobre o Coronavírus e Outros/Diversos	30
Tabela 4: Categorias dos Decretos Promulgados	32
Tabela 5: Categorias de Mobilidade Urbana do Google Mobilidade	34
Tabela 6: Categorias das Áreas Temáticas das Postagens no Facebook.....	37
Tabela 7: Principais decretos sobre a implementação do fechamento e funcionamento de diferentes organizações.....	43
Tabela 8: Alguns Cenários Epidemiológicos da Pandemia de Covid-19 no Distrito Federal	48
Tabela 9: Decretos destacados no Cenário Epidemiológico 1	50
Tabela 10: Decretos destacados no Cenário Epidemiológico 2	54
Tabela 11: Decretos destacados no Cenário Epidemiológico 3	57

Lista de siglas e abreviaturas

APIB	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
BSI	<i>Behavior and Social Issues</i>
CCs	Consequências Culturais
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
Coes-Covid/UnB	Comitê Gestor do Plano de Contingência da Covid-19 na Universidade de Brasília
Codeplan	Companhia de Planejamento do DF
CCEs	Contingências comportamentais entrelaçadas
DF	Distrito Federal
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
GDF	Governo do Distrito Federal
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEDF	Instituto de Pesquisa e Estatística do DF
OMs	Operações motivadoras
OMS	Organização Mundial da Saúde
PA	Produto agregado
PIBIC	Programa de iniciação científica
PNI	Programa Nacional de Imunizações
RRAA	Responder Relacional Arbitrariamente Aplicável
SD	Estímulos discriminativos
SES	Secretaria de Estado de Saúde
SINJ-DF	Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal
SNIPC	Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor
SINJ-DF	Sistema integrado de normas jurídicas do Distrito Federal
SNIPC	Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor
SUS	Sistema Único de Saúde do Brasil
RFT	Teoria das Molduras Relacionais (Relational Frame Theory)
UnB	Universidade de Brasília
UTI	Unidade de tratamento intensivo

Resumo

Oliveira, J. M. S. (2023). *A coordenação da pandemia de Covid-19 por um líder governamental: relações verbais com a comunidade via Decretos e mídia social* [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília].

A Coordenação da pandemia de Covid-19, apresentou desafios de grandes proporções para líderes políticos. A larga utilização de mídias sociais foi uma característica que merece investigações de seus impactos na gestão de uma crise sanitária. E, a comunicação de risco é uma área que pode receber contribuições da Análise do Comportamento. O objetivo desta pesquisa foi analisar as relações entre dados epidemiológicos, decretos e a utilização de mídia social pelo governador do Distrito Federal. Contingências e metacontingências foram interpretadas a partir de dados secundários obtidos pelo número de óbitos, alguns decretos selecionados, dados econômicos, mobilidade urbana e publicações no perfil do Facebook do governador do Distrito Federal, de 26 de fevereiro a 2020 a 26 de agosto 2021. Este período correspondeu, em geral, do início da pandemia em 2020 ao início da vacinação em 2021. Os resultados mostraram que as publicações no Facebook priorizaram informações relacionadas à doença no DF, com foco no comportamento de proteção não farmacológico do uso de máscaras. Entretanto, os decretos determinaram a abertura progressiva do comércio e serviços, independente do cenário epidemiológico. A Coordenação da pandemia de Covid-19 pelo governador foi consistente com o plano nacional do Ministério da Saúde. A comunicação de risco não envolveu contínuas práticas voltadas para o controle da pandemia tais como apoio a grupos minoritários, informações periódicas sobre os cenários epidemiológicos e as medidas adotadas. A abordagem científica do comportamento humano tem o potencial de contribuir, em equipes interdisciplinares, em crises sanitárias de forma a considerar variáveis que impactam sobre o controle e previsão de intervenções junto a diferentes grupos em espaços urbanos, foco deste estudo.

Palavras-chave: Pandemia de Covid-19, Comunicação de risco, Agência governamental, Contingências, Metacontingências.

Abstract

Oliveira, J. M. S. (2023). *The Covid-19 Pandemic coordination by a government leader: verbal relations with the community through Decrees and social media* [Master's thesis, University of Brasilia].

The Covid-19 Pandemic coordination posed major challenges for political leaders. The wide use of social media was a feature that deserves investigation of its impacts in the management of a health crisis. Risk communication is an area that can receive contributions from Behavior Analysis. The purpose of this research was to review the relationships between epidemiological data, decrees and the use of social media by the Federal District Governor. Contingencies and metacontingencies were construed based on secondary data obtained by the number of deaths, some selected decrees, economic data, urban mobility and publications on the official Facebook profile of the Federal District Governor, from February 26, 2020 to August 26, 2021. That period corresponded, in general, beginning of the pandemic in 2020 to the beginning of vaccination in 2021. The results showed that Facebook publications prioritized information related to the disease in the Federal District, focusing on the non-pharmacological protective behavior of wearing masks. The decrees, however, determined the progressive opening of commerce and services, regardless of the epidemiological scenario. The Governor's coordination of the Covid-19 pandemic was consistent with the Ministry of Health's national plan. Risk communication did not involve continued practices aimed at controlling the pandemic such as support for minority groups, regular information on epidemiological scenarios and the measures adopted. The scientific approach to human behavior has the potential to contribute, in interdisciplinary teams, in health crises in order to consider variables that impact on the control and prediction of measures with different groups in urban spaces, which is the focus of this study.

Keywords: Covid-19 Pandemic, Risk Communication, Government Agency, Contingencies, Metacontingencies.

A pandemia gerada pelo SARS-CoV-2 foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, tendo iniciado em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, China. Em três meses, 114 países apresentaram registros de 4.291 óbitos (Bavel et al., 2020). Na emergência de saúde pública global, uma campanha massiva voltou-se para aumentar a frequência de lavar as mãos, usar máscaras em público e distanciamento social (Bavel et al., 2020; Dalcomo, 2021; Hsiang, et al., 2020; Polejack et al., 2020; Reis et al., 2020; Wang et al., 2020.; West et al., 2020; Zhou et al., 2020). O conjunto de medidas não farmacológicas contou com o uso de máscaras, o distanciamento social, a higienização frequente das mãos, a ventilação de ambientes, a ampla testagem para Covid-19, *lockdowns*, fechamento de fronteiras e a ampla implementação de medidas ativas de vigilância epidemiológica, como a identificação ativa de fontes de infecção, a realização de testes adequados e o controle de contactantes (WHO 2021).

As medidas não farmacológicas foram políticas públicas voltadas para a diminuição da transmissão por reduzir o contato entre populações, o que resultou em impactos sobre negócios, sistemas de saúde, educação entre outros em espaços urbanos. As políticas de anti-contágio em larga escala determinaram o fechamento de escolas e restrição da população, envolvendo custos e benefícios para a população, os quais demandam pesquisas que podem contribuir para a tomada de decisão e apoio aos formuladores de políticas públicas (Hsiang, et al., 2020). Populações vulneráveis demandam planejamento e suporte como mostra Martuscelli (2020) em um estudo com 29 refugiados, de março e abril de 2020. O fechamento de fronteiras afeta o acesso à sistema de saúde e assistência social. E, a desigualdade social evidencia a necessidade de auxílio emergencial, no transcorrer da implementação de medidas não farmacológicas (Castilho & Lemos, 2021; Tibério et al., 2021).

De acordo com Prates et al., pessoas negras, especialmente mulheres, apresentaram a maior taxa de mortalidade entre a população ativa no mercado de trabalho, independentemente

da ocupação. Entre os profissionais, as maiores taxas relativas de mortes por Covid-19 em 2020 estavam entre os líderes religiosos, trabalhadores da segurança, saúde e artes e cultura. E, de acordo com o relatório da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (lançado em novembro de 2020), os indígenas apresentaram mortalidade relacionada ao Covid-19 maior do que a população em geral (APIB, 2020).

No Brasil, o Programa Nacional de Imunizações (PNI) tem um papel de destaque como uma das principais ferramentas de controle da pandemia de Covid-19 por meio da vacinação (Hallal, 2021; Maciel et al., 2022). A ciência e as universidades trazem suporte para a prevenção, promoção da saúde e controle da pandemia, e a parceria com agências governamentais amplia análises de fatores sociais e biológicos da doença, estimulando avaliações de políticas públicas (Agopyan & Arbix, 2022; Polejack et al., 2021; Vasconcelos et al., 2023).

Leis e decretos-lei promulgados pelos diferentes níveis de governo são fontes de impacto a serem analisados, visando sua efetiva implementação de mudanças comportamentais implicadas. A concorrência entre diferentes medidas adotadas em diferentes estados, assim como o plano nacional adotado no Brasil foram fatores que podem ter contribuído para padrões variáveis da população na coordenação da pandemia, gerando também desinformação (Barreto et al., 2021; Hughes et al., 2021; Mandetta, 2020).

Os efeitos da linguagem ou da comunicação de orientações, por parte de gestores públicos, sobre a adesão da população deve ser alvo de estudos sistemáticos, de forma a contribuir em crises sanitárias ou ambientes de desastres de origem natural. A história da comunidade envolvida com seus representantes políticos, a infraestrutura das cidades e de ambientes rurais, o apoio financeiro para populações em risco, a recorrência de comunicações com a população, são alguns dos fatores críticos para a adesão a comportamentos de prevenção e proteção (Xavier et al., 2022). A seguir, uma perspectiva seletiva da linguagem será

apresentada para analisar o impacto potencial do comportamento verbal de autoridades (e.g., gestores públicos, lideranças governamentais) sobre práticas comportamentais da população (e.g., escolhas, relato de sentimentos, declarações verbais). Os efeitos, em geral, não são imediatos, mas dependentes de uma história de exposição recorrente a declarações que implicam em valores, por exemplo, atribuídos à saúde, educação e política.

Uma abordagem científica do Comportamento Verbal

Sob a perspectiva da Análise do Comportamento, pesquisas investigam a manutenção e seleção de respostas verbais, observando também a geração de novas respostas derivadas (não ensinadas diretamente), após a exposição a uma determinada contingência. A partir do modelo de seleção por consequências, é necessário identificar as relações entre eventos antecedentes (A), resposta (B) e consequentes (C) (contingência de três termos $A-B \rightarrow C$). A partir da contingência comportamental, é possível buscar pelas funções desses elementos em análises funcionais descritivas (e.g., a partir de eventos ocorridos) e análises funcionais experimentais (e.g., com a manipulação de eventos antecedentes e/ou consequentes). Assim, a função de eventos antecedentes (estímulo discriminativo [SD], operações motivadoras [OM]) e consequentes (consequências reforçadoras e punitivas) podem ser investigadas ou inferidas em fenômenos já ocorridos (Skinner, 2007/1981, 1970/1953). Estímulo discriminativo evoca comportamentos quando participa de uma contingência reforçadora, recorrentemente observada. Operações motivadoras, por sua vez, além de evocar ou suprir respostas também fortalecem ou enfraquecem o valor das consequências contingentes à resposta. O símbolo de uma máscara na escola pode levar ao uso de máscara nesse contexto e resultar em aprovação por parte da equipe docente e discente, aumentando e mantendo esses padrões de comportamento esperados. Em cenários epidemiológicos, com alto índices de óbitos, o símbolo de uma máscara em centrais de transporte público pode adquirir a função de OM ao evocar o

uso de máscaras, potencializando também o valor das consequências (e.g., minimizar as chances de não contrair uma doença).

A probabilidade futura de uma resposta é alterada de acordo com a história de exposição a uma contingência reforçadora, neste caso, aumentando a probabilidade futura dessa resposta. Considere um exemplo em rede nacional de rádio e televisão, quando uma liderança sanitária reconhece e destaca a eficiência das ações adotadas por uma região. Neste contexto, há apresentação periódicas para a população da evolução dos dados epidemiológicos, com análises das características de grupos envolvidos. A função do reconhecimento ou destaque por parte da liderança sanitária para as ações da população envolvida nessa região será de reforçamento positivo, caso seja registrado aumento da probabilidade futura da classe de respostas alvo (e.g., adoção de medidas não farmacológicas na pandemia de Covid-19). No modelo de seleção por consequências, ao explicar o comportamento humano conta-se com a interação dinâmica e complexa das fontes de seleção filogenética, ontogenética e cultural. Variáveis nos campos biológico, preparam o indivíduo para a interação com o meio físico e social.

O comportamento verbal é um comportamento operante afetado por suas consequências, em contingências de reforço e punição (Skinner, 1953/1970; 1957/1978; 1981). O comportamento verbal tem como principal característica a consequência mediada por outro indivíduo em um ambiente cultural, e afeta inicialmente o comportamento de outro indivíduo, o ouvinte, que teve durante sua vida o comportamento consequenciador modelado pela sua comunidade verbal (Bandini & de Rose, 2006). O ouvinte pode responder verbalmente ou se se manifestar de forma não-verbal. Um falante ao solicitar "use máscara" poderá ter como resposta, o ouvinte utilizando a máscara naquele espaço público. As interações entre o ouvinte e o falante definem um episódio verbal.

Entre os operantes verbais estão o mando, tato, intraverbal e autoclítico (Skinner, 1957/1978). O “mando” são respostas vocais motoras ou verbais controladas por estados de privação ou estimulação aversiva. A consequência é uma resposta social seguida de mudanças no ambiente relacionadas a esses estados, com consequências específicas (e.g., aos pedidos e ordens). No “mando distorcido”, a pergunta "que horas são?" pode ser feita quando se queria dizer "já podemos encerrar por aqui?". O “mando disfarçado” pode contar com uma topografia semelhante ao tato: "estou com sede", quando se queria dizer "você pode pegar água pra mim?" (Matos, 1991; Júnior & Souza, 2006).

No operante verbal “tato”, estímulos discriminativos (SD) não verbais controlam uma resposta verbal. O tato oferece ao ouvinte acesso a diferentes aspectos do meio físico, social e cultural. Diante de uma doença que somente ocorre em um continente distante, o ouvinte tem acesso às suas características e medidas preventivas. Entre algumas classificações, no “tato distorcido”, a resposta verbal não corresponde ao SD (e.g., o estudante diz que higieniza as mãos, quando está diante dos seus professores, mas não o faz em seu dia a dia). No “tato genérico”, a resposta verbal é generalizada devido ao reforçamento, como quando se aprende a nomear máscara (o que envolve uma ampla variação de modelos, cores e funções). No “tato metafórico”, em geral, são utilizados termos que tenham alguma característica similar ao SD – ele é forte como um touro. E, no “tato metonímico”, a resposta se baseia no ambiente em que o comportamento verbal foi emitido – o palácio do Planalto aprovou uma lei (quando a lei foi aprovada pelo presidente).

No operante verbal “intraverbal”, a resposta verbal é derivada de outra resposta verbal. A informação apresentada por um corpo editorial de uma rede de televisão pode ser comentada em outra rede de televisão; a informação veiculada pela televisão pode ser tema em interações verbais entre amigos, colegas de trabalho ou grupos familiares. E, o operante verbal “autoclítico”, pode modificar o comportamento verbal e aumentar a discriminação do ouvinte

em relação ao comportamento verbal do falante. Um profissional de saúde pode dizer ao paciente “o que você está dizendo é muito interessante”. Essa qualificação altera a função de outros comportamentos verbais e pode levar o cliente a dar continuidade em sua apresentação de forma mais completa. O autoclítico pode ser descritivo, qualificador, quantificador, relacional e manipulativo (Barros, 2003; Santos & Souza, 2018).

Na identificação dos operantes verbais, observa-se complexidade na análise em ambiente natural. O comportamento verbal pode estar sob controle de estímulos verbais, sem correspondência formal, como por exemplo responder “doença”, diante do estímulo SARS-CoV-2; responder “evitar aglomeração”, diante do estímulo pandemia de Covid-19. E, ao considerar o operante autoclítico este pode intensificar, por exemplo, a força do mando: “É vital que você mantenha distanciamento social, neste momento”. O objetivo de apresentar as classificações acima é mostrar um recorte para análise funcional de declarações verbais, as quais dependem de fatores contextuais para uma decisão excludente por um operante verbal identificado. Por exemplo, no contexto de jogo entre uma dupla, “mandos disfarçados” podem ser identificados como: “Tenta de novo ficar dentro do quadrado”. Embora haja descrição da topografia da resposta no tabuleiro do jogo ([SD], o que definiria o operante verbal tato), a função de mando é ressaltada como uma orientação, pedido ou ordem, com consequência específica (ganhar ou não ganhar pontos, caracterizando o mando) (Almeida, 2023).

A ***governança verbal*** é considerada como um ***operante de ordem superior***, de forma que se identifica subclasses específicas.

A função primária da linguagem não é comunicar emoções, não é comunicar pensamentos, não é compartilhar emoções, não é um instrumento de razão. Nós humanos temos evoluído um meio eficiente para fazer com que um indivíduo faça algo para outro indivíduo (Catania, 2021).

Ademais, a ***modelagem do comportamento verbal*** do ouvinte em uma tarefa mostra resultados consistentes, quando comparado aos resultados da ***instrução*** para o desempenho na

tarefa (Catania, Matthews & Shimoff, 1982). No estudo do comportamento governado por regras, estas são definidas como especificações da contingência. Portanto, sem contato direto com as consequências o ouvinte pode adquirir conhecimento sobre um tópico e desenvolver diferentes topografias (e.g., Albuquerque et al., 2013; Albuquerque, Sampaio, Gonçalo & Sobrinho, 2014). Diante de análises dos impactos da pandemia de Covid-19 na Itália, um governante de outro país poderia, de forma ideal, dar início a expansão de leitos de UTI, trabalhando com medidas de contenção, com comunicação de risco, como parte efetiva da coordenação da pandemia local (W. N. Araújo, comunicação pessoal, 23 Junho, 2023).

Variáveis e parâmetros, como campanhas que informam e orientam comportamentos claros e consistentes com modelos de autoridade, contribuem para o sucesso de uma regra proposta (Matsuo, Albuquerque & Paracampo, 2014). Mas, a presença de regras e autorregras podem não ser suficientes para que o comportamento ocorra da forma esperada (Albuquerque, Silva & Paracampo, 2014). Uma **regra** tem como objetivo principal instruir e controlar o comportamento de indivíduos em sociedade, ajudando a aprender com mais rapidez e menos riscos. Entre os fatores que afetam o seguimento de regras estão a história pré-experimental do indivíduo, a história experimental, propriedades formais da regra, consequências e autorregras (Sampaio et al., 2014). A correspondência verbal e não verbal é uma questão prevalente nas relações sociais da espécie *homo sapiens*, como as relações entre o dizer-fazer (Guazi, Verdu & Cortez, 2020). Condições de competição podem afetar a precisão dos autorrelatos de crianças sobre seu desempenho em jogos. Mazzoca e Cortez (2020) observaram variações na precisão dos relatos dos participantes em diferentes condições de competição.

A Teoria das Molduras Relacionais (RFT) de Hayes, Barnes-Holmes e Roche (2001) inclui a discussão do controle de regras com o **responder relacional arbitrariamente aplicável** (RRAA), e molduras relacionais (e.g., hierarquia, oposição, dêitica) observadas em interações verbais que ocorrem no ambiente natural. Na **moldura hierárquica**, as abstrações podem

envolver partes-todo ou atributo das relações, características físicas (não verbais do mundo) que são abstraídas em redes relacionais. O RRAA poderia ser exemplificado com a conclusão – o governo está trabalhando e resolverá o problema na pandemia. Na *moldura de oposição*, o cidadão pode derivar que a ideologia A é segura na coordenação da pandemia e a ideologia B é letal. E, na *moldura dêitica* a relação derivada conta com a perspectiva do falante e a perspectiva do outro – Minha ideologia defende o tratamento com cloroquina e sua ideologia impede um tratamento específico (Hayes et al., 2001).

O *comportamento governado por regras* é analisado pelos tipos *aquiescência*, *rastreamento* e *regras aumentativas*. Atributos tais como a credibilidade do falante, pode contribuir para o seguimento de regras, assim como a habilidade de mediar as consequências reforçadoras para o ouvinte (como um agente público que oferece à população suporte necessário em contextos de uma crise sanitária). A plausibilidade da mensagem é outro fator que quando consistente com a ciência, pode produzir uma rede de relações de estímulos derivados (como o impacto da vacina em uma epidemia). No entanto, em pandemias, especialmente na pandemia de Covid-19 com difundido uso da internet e redes sociais, houve fortalecimento de uma ampla rede de *fake news*, de campanhas anti-vacinais que tem o potencial de contribuir para uma queda significativa do seguimento por parte da população das orientações científicas (Taylor, 2019).

As redes sociais têm um papel fundamental no estabelecimento de práticas culturais, como o uso do *Twitter*, quando eleitores têm maior contato com informações sobre os candidatos e tomam a decisão sobre seu voto em uma campanha eleitoral presidencial. Fonseca e Vasconcelos (2013) mostraram que as mensagens publicadas pelos candidatos apresentaram estratégias de comunicação diversas com seus seguidores por meio de diferentes operações de controle de estímulos. Novas práticas foram desenvolvidas pela população, passando a exercer um papel mais ativo ao participar de debates, fazer doações e engajar-se na militância.

A abordagem selecionista de Práticas Culturais

Glenn (2004), pioneira em análises sobre metacontingências e Sandaker (2009) apresentam a seguinte definição de cultura:

Padrões de comportamentos aprendidos e transmitidos socialmente, assim como os produtos do comportamento (objetos, tecnologias, organizações etc.) (Glenn, 2004, p. 139). Uma cultura é um sistema social adaptativo, complexo que possui várias características observadas e acordadas, prevalentes e reconhecíveis ao longo do tempo, embora seus membros possam ser substituídos (Sandaker, 2009, p. 288).

A complexidade do comportamento humano é refletida em múltiplas fontes de influência, em múltiplas funções que um mesmo comportamento pode envolver, e sobretudo em interações verbais que influenciam que resultam no design e redesign de uma cultura (Geller, 2001; Hughes, 2018/2020). Em mais de três décadas o conceito de metacontingência tem sido desenvolvido. Glenn et al. (2016) apresentam metacontingência definida de forma parcimoniosa em dois elementos de destaque – contingências comportamentais entrelaçadas (CCEs) recorrentes que resultam em produto agregado (PA) (CCEs→PA), selecionados por determinados eventos ou condições. Há seleção de linhagens culturo-comportamentais, as quais envolvem recorrência de comportamentos e estão além do nível de linhagens operantes específicas (Glenn et al., 2016).

Fenômenos culturais podem ser analisados também a partir do conceito de macrocontingências, o comportamento operante governado por contingências individuais e/ou CCEs (governadas por metacontingências) que resultam em efeito cumulativo. As contingências individuais mantêm independência funcional ao resultarem em um efeito cumulativo foco de análise. O uso do merchandising social no Brasil, em obras de ficção televisiva, pode alterar o comportamento de um grande número na audiência (produto cumulativo em macrocontingência). Como uma estratégia educativa, inserido em telenovelas, Vale e Vasconcelos (2019) observaram o efeito da ampla divulgação de conceitos voltados

para o tráfico de pessoas com os procedimentos envolvidos no crime. Metacontingências mantêm a rede de criminosos com lucros proporcionados por clientes (e.g., exploração sexual e tráfico de crianças) e metacontingências envolvendo a rede nacional e internacional de investigação e segurança.

Metacontingências são previstas, a partir dos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) das Nações Unidas. Os relatórios orientam gestores públicos quanto aos efeitos cumulativos adversos em contextos urbanos e rurais, para os quais estratégias devem ser planejadas e implementadas para diminuir a velocidade dos impactos sobre a mudança climática e escassez de água potável. Macrocontingências podem ser identificadas em diferentes áreas como na utilização de veículos de transporte poluentes, em práticas de desmatamento em florestas; lançamentos de resíduos em rios e oceanos; uso abusivo da energia elétrica e/ou a água potável (e.g., IPCC-57, 2022; IPCC, 2022).

A partir dos anos 2000, observa-se aumento significativo de publicações voltadas para o estudo analítico-comportamental de fenômenos sociais (e.g., Albernathy, 2001; Housmanfar, Rodrigues & Smith, 2009; Hora & Sampaio, 2019; Lopes, 2020; Malott, 2003, 2022). Nesta área de estudos, a revista *Behavior and Social Issues* (BSI) apresenta os avanços relacionando a pesquisa básica, pesquisa teórica, pesquisa aplicada com o objetivo de se desenvolver estudos translacionais que possam aplicar a tecnologia em larga escala, como uma ponte entre a pesquisa básica e a pesquisa aplicada (McIlvane et al. 2011). Revisões da literatura podem ser encontradas em Martins e Leite (2016), Vasconcelos & Freitas-Lemos (2018), Albuquerque et al. (2021) e Fonseca, Costa e Sampaio (2022). Na revisão de 2005 a 2016, os estudos publicados na BSI mostraram uma ampliação dos alvos de investigação e intervenção. Entre as lacunas identificadas destacam a aplicação do conhecimento em amplas escalas e a necessidade de ampliação das pesquisas além do contexto de laboratórios (Cihon & Mattaini, 2020; Dal Ben et al., 2017).

Em estudos com intervenções em larga escala, Twyman (2010) propôs a criação de um site interativo para promover comportamentos sustentáveis de crianças, por meio de feedbacks, pontos adquiridos, com integração e apoio da família. Sanguinetti (2012) destacou a importância das comunidades intencionais como potenciais locais de estudos de práticas culturais. Vasconcelos e Freitas-Lemos (2018) mostraram como o contexto escolar pode favorecer intervenções voltadas para práticas culturais, conforme analisado por Lorenzo (2022). Outros estudos mostraram análises na área de redução de riscos de desastres (Kill, 2016; Sánchez, Houmanfar & Alavosius, 2019; Soares, 2017), epidemias (Vasconcelos et al., 2018), preservação de bens comuns (Borba, 2019; Freitas-Lemos et al., 2019; Malott & Glenn, 2019) e política voltada para a pobreza e exclusão social (Freitas-Lemos & Todorov, 2020).

Couto et al. (2020) apresentaram a partir do estudo da pandemia de Covid-19, princípios comportamentais que contribuem para o desenvolvimento de intervenções do comportamento operante com efeitos culturais como macrocontingências protetivas na contenção dos efeitos do vírus SARS-CoV-2 à seleção cultural com metacontingências de suporte. Nestas, diferentes sistemas podem estar envolvidos como governo, ciência e mídia (CCEs→PAs), e consequências culturais como a opinião pública, prêmios pela coordenação dos esforços e aumento de fontes de financiamento para a gestão da crise sanitária e pesquisa.

Análise Comportamental de Leis

Estudos seminais de Todorov (1987), Todorov et al. (2004a, 2004b) e Todorov (2005) contribuíram para o desenvolvimento de um método para o estudo comportamental de leis (Albuquerque & Freitas-Lemos, 2022; Amorim, 2022). Inicialmente, Todorov (1987) apresentou uma análise interpretativa e assistemática da constituinte, a partir de metacontingências. Leis codificam procedimentos de controle, enunciam contingências de reforçamento, definidas por uma entidade governamental. A análise funcional de leis

demonstra sistematicamente a observância da completude (ou incompletude) das contingências contidas na lei, o que possibilita identificar lacunas e oportunidades para proposições futuras de melhoria de políticas públicas. As análises identificam CCEs, PAs e fontes de seleção (consequências culturais, CCs) que contribuem para efetivas mudanças em práticas culturais propostas em leis, em políticas públicas (e.g., Carvalho, 2013; Carvalho & Todorov, 2016; Fava, 2014; Fava & Vasconcelos, 2017; Kill, 2016; Martins 2009; Todorov et al., 2004). As leis são constituídas por contingências tríplexes ($A-B \rightarrow C$), e cada um de seus artigos pode apresentar-se como antecedentes, resposta ou consequências. Portanto, os artigos podem especificar o comportamento esperado, as consequências para seu cumprimento ou descumprimento, além das circunstâncias aplicáveis (Todorov, 2005).

Todorov, Moreira, Prudêncio e Pereira (2004a) analisaram o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei N. 8.069 de 1990. Contingências, macrocontingências e metacontingências foram descritas em 267 artigos. Contingências completas e incompletas foram consideradas em seus potenciais efeitos. Uma metacontingência contida no 1º artigo refere-se à proteção integral da criança e do adolescente. Contingências (completas ou incompletas) formam entrelaçamentos relacionados com uma consequência comum em longo prazo. Nota-se que a incompletude dessas contingências não impede sua compreensão, mas promovem maior flexibilidade na interpretação da lei. Os resultados do estudo mostraram altos escores de contingências completas com os temas guarda, família, educação e esporte, ato infracional e liberdade. Estes últimos demonstraram características de cuidado com os procedimentos e condições de aplicação da lei, no que diz respeito ao que crianças e adolescentes não devem fazer (atos infracionais, como roubo, tráfico, homicídio). Há clareza quanto à promoção dos direitos e da proteção de crianças e adolescentes.

O Programa Bolsa Família é uma intervenção social que busca retirar as famílias da linha de pobreza e possibilitar avanços educacionais, de saúde e no trabalho. Fava (2014)

analisa legislação do Programa e investiga as variáveis do Programa no cumprimento das condicionalidades relativas à saúde, educação, bem como as características das famílias atendidas (Fava & Vasconcelos, 2017). Parte de um fator cultural da perpetuação da pobreza entre gerações é mantida por um padrão familiar de crianças com déficits nutricionais, com baixa frequência ou abandono escolar, que resulta em adultos inaptos ao mercado de trabalho. O Programa Bolsa Família seria uma ferramenta de intervenção para mudança destes padrões culturais.

A análise da legislação do Programa Bolsa Família permitiu o destaque de dois tipos de metacontingências: 1) um voltado para a mudança comportamental dos membros das famílias beneficiárias, com o objetivo de alcançar produtos agregados relativos à melhoria da situação de saúde, ao aumento da escolaridade e aumento da renda dos membros dessas famílias; e 2) o outro voltado para a organização da gestão das condicionalidades de educação e de saúde, a partir do encadeamento de comportamentos de servidores públicos dos três níveis governamentais – municipal, estadual e federal. (Fava, 2014, p. 5)

Kill (2016) analisou a Lei Federal nº 12.608/12, a qual estabeleceu as diretrizes nacionais do sistema de Proteção e Defesa Civil. As etapas metodológicas envolveram: a identificação das principais contingências e metacontingências, segundo o modelo proposto por Todorov e et al. (2004a); as interações com outras leis; a identificação das CCEs em síntese dos 31 Artigos da Lei; a análise de conteúdo, baseada na descrição de ocorrência dos termos principais; e a análise do cenário governamental, a partir da identificação dos PAs e consequências culturais contidos na referida Lei. A principal metacontingência da Lei nº 12.608/12 trata do dever da “União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios adotar as medidas necessárias à redução dos riscos de desastre” (Art. 2º). De forma descritiva, verifica-se a articulação dos diversos entes federados em CCEs com um objetivo comum de redução de desastres (PA).

As análises funcionais identificaram a incompletude das metacontingências, o que pode reduzir sua eficiência (I. Vasconcelos & Todorov, 2015). Além disso, há imprecisão sobre os

eventos do ambiente selecionador, prejudicando a sistematização do monitoramento e o aperfeiçoamento das intervenções culturais. A probabilidade de erro de interpretação, omissão e negligência das entidades responsáveis pela implementação de políticas públicas também aumenta. A análise funcional das leis pode melhorar os resultados das intervenções propostas (Kill, 2016).

O presente estudo foi desenvolvido, tendo como base a crise sanitária causada pela pandemia de Covid-19, com foco no Distrito Federal (DF), a partir de 2020. Até o mês de agosto de 2022 foram registrados 11.823 óbitos e mais de 834 mil casos. O objetivo geral foi desenvolver análises funcionais descritivas das declarações do governador do DF sobre a pandemia de Covid-19, no perfil oficial do Facebook do governador e em decretos promulgados. O Facebook foi escolhido devido ao grande número de seguidores e interações na rede social, além de permitir a reprodução de discursos mais longos, vídeos completos e fotos, o que é limitado em outras redes sociais. Os objetivos específicos foram voltados para a investigação das relações entre: (1) o comportamento verbal no Facebook e dados epidemiológicos; (2) o comportamento verbal em decretos, dados epidemiológicos, mobilidade urbana e índices econômicos. Os Relatórios de Mobilidade Urbana produzidos pelo Google foram utilizados por possibilitarem verificar o padrão de mobilidade urbana, durante o período analisado da pandemia de Covid-19.

Método

Bases de Dados

Seis bases de dados foram selecionadas para coleta dos dados via WEB. A Tabela 1 mostra as plataformas selecionadas.

Tabela 1

Bases de dados

	Descrição e site
Governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha Barros Junior	Perfil do Facebook do governador do DF, Ibaneis Rocha Barros Junior https://www.facebook.com/ibaneisoficial
Sistema integrado de normas jurídicas do DF	Plataforma de pesquisa de leis, portarias, decretos e outras normas jurídicas e atos do Executivo e Legislativo do DF, SINJ-DF (Sistema integrado de normas jurídicas do DF) http://www.sinj.df.gov.br/sinj/
Mobilidade urbana	Relatórios de Mobilidade da Comunidade produzidos pelo Google, disponíveis em https://www.google.com/covid19/mobility/
Registros de novos casos e óbitos	Portais de informações oficiais sobre a Covid-19 do GDF http://www.coronavirus.df.gov.br/
Notas técnicas Coes-Covid/UnB	Notas Técnicas do Comitê Gestor do Plano de Contingência da Covid-19 na Universidade de Brasília (Coes-Covid/UnB) http://repositoriocovid19.unb.br/comite-gestor-do-plano-de-contingencia-da-covid-19/
Economia	Dados sobre a economia no DF do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7236 , e pelos boletins de conjuntura produzidos pelo Instituto de Pesquisa e Estatística do DF (IPEDF), em parceria com a Companhia de Planejamento do DF (Codeplan), disponíveis em https://www.ipe.df.gov.br/boletim-de-conjuntura-do-df/

Materiais e Equipamentos

Foram utilizados um smartphone Redmi Note 8 e um computador desktop pessoal com a seguinte configuração: Intel(R) Core (TM) i5-3470S CPU 2.90GHz com 16 GB de memória RAM.

Mensuração e Coleta de Dados

Os dados obtidos referem-se aos posts do perfil do Facebook do governador, bem como os links contidos nas postagens. Foram analisadas curtidas, reações, número de comentários e compartilhamentos de cada postagem. A plataforma SINJ-DF possibilitou a seleção decretos promulgados no período. Dados epidemiológicos sobre a pandemia foram obtidos das Notas Técnicas do Coes-Covid/UnB, do Portal Covid-19 do DF e do Portal Coronavírus Brasil. E, os

dados econômicos foram retirados dos Boletins Trimestrais sobre a conjuntura econômica do DF produzidos pelo IPEDF e Codeplan, e dos dados econômicos disponibilizados pelo IBGE.

Os dados obtidos via postagens no Facebook foram registrados e categorizados em uma planilha Excel. Cada categoria foi inserida em uma coluna e as publicações e decretos em linhas. Para a organização dos dados os seguintes códigos foram aplicados: (1) para uma publicação cujo conteúdo tem relação com uma das categorias; (0) para uma publicação cujo conteúdo não tem relação com as categorias e, (*) para uma publicação cujo conteúdo não pode ser aplicado a uma das categorias. Por exemplo: na publicação do dia 11 de maio de 2020 que apresentava um fundo azul com uma máscara e a seguinte mensagem: “Uso obrigatório de máscaras a partir do 11 de maio”. Foi marcado o código (1) na “categoria coronavírus”; código (0) na “categoria segurança”; e código (*) na categoria “uso de máscara e aglomeração”, uma vez que a postagem não apresentou nenhuma pessoa em fotografia ou representação gráfica (desenhos e animações).

Os dados obtidos via decretos foram registrados em uma tabela na qual as organizações, instituições, setores e segmentos comerciais que sofreram regulamentação durante a pandemia foram classificados com códigos de zero a quatro: (0) funcionamento sem restrições; (1) em funcionamento com medidas de proteção (e.g., distanciamento social, o uso correto de máscaras, limite de clientes, entre outras medidas); (2) em funcionamento com restrição de horário; (3) em funcionamento sem a participação de público ou apenas por meio de entregas delivery; e (4) com funcionamento suspenso. O cálculo da média foi obtido pela soma dos códigos em todas as organizações, instituições, setores e segmentos comerciais seguida da divisão pelo número total dessas entidades, conforme citadas em cada decreto analisado. Dessa forma, a pontuação variou de zero a quatro. E, quanto mais próximo de zero, menor a restrição à mobilidade urbana da população da região.

Acordo entre Observadores

Para garantir a fidedignidade dos dados coletados quanto às categorias das declarações verbais no perfil do Facebook do governador, dois estudantes da graduação em Psicologia da Universidade de Brasília, Programa de Iniciação Científica (PIBIC)¹ participaram de um treinamento inicial. As definições das categorias foram discutidas e os códigos e estrutura da planilha Excel foram apresentados, com discussões via grupo de WhatsApp. Os dados obtidos do Perfil do Facebook do governador estavam inseridos na planilha, mas sem o preenchimento da classificação por categoria e códigos. Cada um dos dois observadores analisou um período diferente: de 26 de fevereiro de 2020 a 26 de novembro de 2020 e de 27 de novembro de 2020 a 26 de agosto de 2021. Após o treino de observadores, ambos preencheram os dados de forma independente.

Procedimento

Postagens no Facebook. A coleta ocorreu de 02/09/2020 a 17/12/2020 e foram analisadas todas as postagens no perfil do governador na rede social Facebook disponíveis de 26 de fevereiro de 2020 a 26 de agosto de 2021. As publicações na *timelines* (conjunto de mensagens postadas por um usuário com data e hora do envio) foram registradas individualmente. Os vídeos, fotografias e mensagens postados foram analisados, a partir das categorias. Os *links* postados nas mensagens foram também visitados e seu conteúdo registrado. Durante o período de coleta de dados foi acompanhado nas redes sociais e portais de notícias, informações sobre a retirada de mensagens, de forma a garantir que todas as

¹ Filipe Maciel Bizerra Mota e Iago Ferreira Sampaio, Edital PROIC/DPG/UnB – PIBIC CNPq 2021-2022. Ambas as propostas de pesquisa foram premiadas com o certificado de Menção Honrosa no 28º Congresso Anual de Iniciação Científica da UnB e 19º do Distrito Federal. E, a Sociedade Brasileira de Psicologia no 52ª Reunião Anual concedeu o Prêmio Luiz Marcellino de Oliveira, categoria mestrado.

postagens fossem analisadas. As categorias definidas, a partir do conteúdo das postagens são apresentadas na Tabela 2.

Tabela 2

Categorias nas Postagens do Perfil do Facebook do Governador

Categorias	Descrição
Informações	Dados de identificação da postagem (e.g., número da postagem, dia e a hora)
Área de concentração	Saúde, Segurança, Economia, Meio Ambiente, Educação, Assistência Social, Esporte/Cultura e Infraestrutura. Uma mesma publicação pode conter mais de uma categoria deste grupo (e.g., uma publicação sobre a construção de um hospital de campanha, será considerada nas áreas de Saúde e Infraestrutura)
Coronavírus	Ações e consequências do novo coronavírus SARS-CoV-2, incluindo palavras como pandemia, coronavírus e Covid-19
Comunicação sobre o coronavírus	Aspectos qualitativos da comunicação tais como: (a) se o comportamento não verbal segue as orientações de proteção contra o novo coronavírus (se há alguma aglomeração nas imagens; se há contato físico; se existem pessoas ou representações (desenhos/animações) de pessoas; se o agente político está presente na publicação, e se usa máscara); e (b) se o discurso segue as orientações de proteção
Outros/Diversos	Se a publicação não estiver contida em nenhuma área de concentração citada anteriormente (e.g., falar sobre outros agentes seja políticos ou imprensa, com ataques, homenagens ou defesas frente a alguma informação)
Facebook	Recursos de interação com as publicações do Facebook: reações, comentários, compartilhamentos

A Tabela 3 apresenta a divisão das categorias dos grupos Área de concentração, Coronavírus, Comunicação sobre o coronavírus, Outros/Diversos.

Tabela 3

Categorias a Partir das Áreas de Concentração, Coronavírus, Comunicação sobre o Coronavírus e Outros/Diversos

Categoria	Definição
Saúde	Dados epidemiológicos e informações acerca da saúde, a contratação de profissionais. Acesso ao serviço de saúde, independente se da rede particular de saúde ou do SUS. Promoção de comportamentos relacionados à proteção e cuidados com a saúde individual e coletiva
Segurança	Dados epidemiológicos e informações acerca da segurança e da contratação de profissionais. Informações acerca do serviço de delegacias e outros instrumentos relacionados à temática de segurança
Economia	Dados epidemiológicos, informações acerca da economia, geração de empregos, seja estatal ou de iniciativas e empresas privadas e o acesso a incentivos fiscais a empresas (CNPJ)

Meio Ambiente	Dados epidemiológicos, informações acerca do meio ambiente e a promoção de atividades ou propostas ligadas à preservação ou atuação no meio ambiente (inclui reciclagem)
Educação	Dados epidemiológicos, informações acerca da educação e das aulas, contratações de profissionais, distribuições de materiais escolares e serviços ou equipamentos que possam ser utilizados para promover melhor acesso às aulas
Assistência social	Distribuição de auxílios financeiros ou materiais (alimentos), aos indivíduos (CPF). Informações sobre o acesso aos serviços CREAS ¹ , CRAS ² e outros serviços ligados aos SUAS ³
Esporte/Cultura	Referência a shows, espetáculos, eventos esportivos e a promoção de atividades físicas ou culturais
Infraestrutura	Obras como nova construção, reforma, reparos ou um investimento. Construção de um hospital também será registrada na a categoria saúde
Coronavírus	Ações e consequências do novo coronavírus, por meio de palavras como pandemia, coronavírus, Covid-19
Comportamento Verbal	Não Compra de insumos, investimento em leitos, promoção do distanciamento social, uso de máscara e de outras medidas de prevenção do contato e infecção pelo novo coronavírus
Comportamento Verbal	Verbalização seja escrita ou por áudio de forma a promover o distanciamento social, uso de máscara, sair de casa se somente for essencial e de outras medidas de prevenção ou proteção do contato e infecção por novo coronavírus, além de não promover medicações e tratamentos sem embasamento científico
Pessoas ou Representações	Se há pessoas ou representações (desenhos e animações) na publicação
Aglomerado	Pelo menos cinco pessoas na mesma imagem e com distanciamento <1 m aproximadamente da outra
Contato Físico	Toques ou sugestão de toques entre as pessoas nas fotografias/vídeos
Uso de máscara	Todas as pessoas ou representações utilizam máscara de forma correta (cobrindo o nariz e o queixo). Promover o uso correto da máscara
Lavar a mão	Promove a prática de lavar a mão, seja por meio verbal ou não verbal
Distanciamento social ⁴	Promove a prática do distanciamento social por meio verbal ou não verbal
Agente político está presente	Se na publicação há o agente político
Agente político usa a máscara	Agente político utiliza a máscara de forma correta (cobrindo o nariz e o queixo)
Diversos/Outros	Não estar em nenhuma categoria como falar de outros agentes (políticos/imprensa), seja em forma de ataques, homenagens ou defesas

⁽¹⁾ CREAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social

⁽²⁾ CRAS, Centro de Referência de Assistência Social

⁽³⁾ SUAS, Sistema Único de Assistência Social

⁽⁴⁾ “Distanciamento Social”, pode ser interpretado como “Distanciamento Físico”, tendo nos Decretos distâncias mínimas estabelecidas. Com a evolução tecnológica de meios de comunicação, a proximidade social poderia ser mantida, por exemplo, via mídias de tela. No Decreto nº 41.913, de 19 de março de 2021 lê-se: “Ocupação de no máximo 30% da capacidade do estádio, com a distribuição do público de modo a respeitar o distanciamento social.”

Decretos. Inicialmente, foram lidos os 155 decretos relacionados à Covid-19 na plataforma SINJ-DF, e após a leitura integral foram selecionados, 78 decretos (Apêndices A e B) relacionados à abertura, regulamentação e fechamento de organizações, instituições, setores e segmentos comerciais. Assim, as análises funcionais foram desenvolvidas somente dos decretos relacionados à abertura, regulamentação e fechamento de organizações, instituições, setores e segmentos comerciais ou medidas de proteção e prevenção. As categorias definidas, a partir dos decretos promulgados são apresentadas na Tabela 4.

Tabela 4

Categorias dos Decretos Promulgados

Categoria	Definição
Fechamento ou abertura	Fechamento ou a abertura de organizações, instituições, setores e segmentos comerciais
Distanciamento social	Necessidade do distanciamento social
Máscara	Necessidade do uso de máscara
Protocolos proteção	Descreve ou modifica algum protocolo sobre a Covid-19
Situação de emergência	Declara situação de emergência, no âmbito da saúde pública no Distrito Federal
Sintomas	Sintomas da Covid-19
Quarentena/home office	Prática de home office ou a quarentena
Notificação/dados	Produção de dados sobre a pandemia da Covid-19
Criação de grupos	Criação de grupos para o manejo e enfrentamento da pandemia da Covid-19
Consumo	Impostos e outros assuntos que afetam diretamente o consumo da população
Auxílio	Criação de programas sociais para a população
Feriados/pontos facultativo	Feriados e pontos facultativos
Sistema presidiário	Utilização da infraestrutura do sistema presidiário no enfrentamento da Covid-19
Coleta seletiva	Coleta seletiva (a coleta de lixo reciclável que foi coletado separadamente do orgânico)
Concursos	Contratação de aprovados em concursos, proibição de novos concursos durante a pandemia e outros temas relacionados a seleção de novos profissionais pelo governo
Burocracia	Mudanças nas regras, procedimentos, prazos e documentações exigidas pelo poder público a diferentes setores

A estrutura da planilha Excel com os decretos envolveu dados de identificação do decreto; data da promulgação; contingência (eventos antecedentes, comportamentos esperados definidos de forma implícita ou explícita e as consequências para o cumprimento ou descumprimento da norma jurídica), e especificação das circunstâncias aplicáveis. E, as organizações, instituições, setores e segmentos comerciais que tiveram impacto direto da regulamentação: escolas, universidades e faculdades; eventos que necessitam do poder público; bares e restaurantes; eventos esportivos; cinemas e teatros; academias; museus; zoológicos, parques ecológicos, recreativos, urbanos, vivenciais e afins; boates e casas noturnas; shopping; eventos abertos; bancos; cultos e missas; comércio; salões de beleza; barbearias e centros estéticos; creches; quiosques e foodtruck; lojas em postos de gasolina; lotéricas; lanternagem e pintura; ambulantes; clubes recreativos; e feiras. A análise de contingência ou análise funcional dos decretos teve como base o método de Todorov et al. (2004) para a análise de leis. A análise dos decretos buscou identificar no texto a descrição de contingências e a relação entre os decretos.

Dados de Mobilidade Urbana. Os dados de mobilidade urbana foram coletados a partir dos Relatórios de Mobilidade Urbana do Google. Os relatórios verificaram as visitas e o tempo de permanência em locais diferentes em comparação com um valor base, que foi estabelecido pela mediana do dia da semana correspondente, durante o período de cinco semanas, de 3 de janeiro a 6 de fevereiro de 2020. A coleta de dados foi feita considerando apenas usuários de smartphones conectados às contas do Google. De acordo com a empresa, os dados são obtidos por meio de conjuntos de dados agregados e anônimos de usuários que ativaram a configuração de "histórico de localização". O modo padrão dos aparelhos é a opção desativada, com o objetivo de preservar a privacidade e proteger os dados das pessoas.

Observa-se que os dados coletados representam apenas uma amostra dos usuários que ativaram o histórico de localização na conta do Google. Por isso, esses dados podem ou não

representar o comportamento da população em geral. No entanto, a escolha desse método de coleta se deve ao alto número de usuários do sistema operacional Android, de propriedade da Google desde 2005 (Ellis, 2018). Segundo uma pesquisa encomendada pelo Google, a empresa Bain & Company verificou que mais de 90% dos usuários de smartphone no Brasil utilizam esse sistema operacional (Camargo & Moura, 2020).

Os locais foram categorizados de acordo com a Tabela 5. As definições foram retiradas do site oficial do Google Mobilidade, disponível no endereço eletrônico https://www.google.com.br/covid19/mobility/data_documentation.html?hl=pt-BR. Os dados mostraram semelhanças nas tendências em todas as categorias analisadas, exceto na categoria Residencial, que apresentou tendências opostas. Para facilitar a interpretação da mobilidade, foram retiradas as médias diárias de todas as categorias, exceto a categoria Residencial.

Tabela 5

Categorias de Mobilidade Urbana do Google

Categoria	Definição
Mercados e farmácias	Mercados, armazéns de alimentos, feiras, lojas especializadas em alimentos, drogarias e farmácias
Parques	Parques locais e nacionais, praias públicas, marinas, parques para cães, praças e jardins públicos
Estações de transportes públicos	Transporte público, tipo estações de metrô, ônibus e trem
Varejo e lazer	Restaurantes, cafés, shopping centers, parques temáticos, museus, bibliotecas e cinemas
Residencial	Áreas residenciais
Locais de trabalho	Locais de trabalho

Dados Epidemiológicos foram coletados dos portais oficiais dos governos distrital e federal (Portal Covid-19 do Distrito Federal e do Portal Coronavírus Brasil) entre 26/02/2020 e 26/08/2021, relacionados a novos casos e óbitos.

Dados Econômicos foram coletados das bases de dados do IBGE, do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC), que produz índices de preços ao consumidor para diferentes regiões metropolitanas, incluindo o DF. O objetivo foi acompanhar a variação

dos preços dos produtos e serviços consumidos pelas famílias. Entre os índices destacados pelo SNIPC estavam o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A população-alvo do INPC é composta por famílias residentes nas áreas urbanas, com rendimentos de 1 a 5 salários-mínimos, e cuja pessoa de referência é assalariada. A população-alvo do IPCA é composta por famílias residentes nas áreas urbanas, com rendimentos de 1 a 40 salários-mínimos, independentemente da fonte de rendimentos. Esses índices foram utilizados para calcular a inflação na economia e verificar a variação nos preços de bens e serviços. As análises econômicas consideraram a variação nos índices econômicos e as análises dos boletins de conjuntura produzidos pelo IPEDF em parceria com a Codeplan.

A combinação de dados obtidos do Facebook, mobilidade urbana, cenários epidemiológicos, dados econômicos e decretos foi utilizada em interpretações funcionais de contingências e metacontingências envolvidas na coordenação da pandemia pelo governador do DF.

Resultados

Os resultados obtidos referem-se à coordenação da pandemia de Covid-19 por uma liderança política, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, com destaque para o comportamento verbal. Assim, declarações verbais foram analisadas a partir de postagens no perfil do Facebook do governador em 78 decretos sobre aberturas e fechamentos de promulgados no período analisado desta pesquisa. Análises funcionais descritivas relacionam declarações verbais com fatores ambientais, especificamente, com índices dos cenários epidemiológicos, mobilidade urbana e economia do Distrito Federal. O impacto do comportamento verbal de uma liderança governamental sobre as práticas comportamentais da população é esperado em processos dinâmicos e recorrentes previstos pela área de *comunicação de risco* na história das pandemias (Taylor, 2019). À direcionalidade entre o

comportamento verbal e a adesão da população esperada, acrescenta-se a bidirecionalidade, isto é, os feedbacks externos ao governo (e.g., representantes da sociedade civil, governo federal, ONU, Instituições de Ensino Superior, Institutos de Pesquisa) que influenciam as respostas das lideranças governamentais (e.g., CCEs e os PAs em forma de serviços e produtos para a população). E, vale ressaltar o atraso, em uma linha do tempo, dos efeitos cumulativos de declarações verbais de autoridades. Isto é, os efeitos não são necessariamente imediatos, mas podem resultar em impactos altamente positivos ou negativos, quanto à difusão de práticas preventivas fundamentais para o controle do espalhamento da doença, especialmente em período anterior à descoberta de vacinas, em contextos pandêmicos.

Publicações no Perfil do Facebook do Governador

A Tabela 4 mostra que, no período de 26 de fevereiro de 2020 a 26 de agosto de 2021, foram realizadas 499 postagens pelo governador e destas, 147 (29,45%) tiveram como tema o vírus SARS-CoV-2 ou os impactos da pandemia. Das 20 categorias listadas na Tabela 1², nove tiveram as mais altas frequências. As categorias de Saúde e Infraestrutura foram as mais presentes. A categoria Saúde referiu-se aos impactos das ações do governo sobre a pandemia, além do controle da dengue e da vacinação de outras doenças.

A categoria Infraestrutura refere-se à construção de hospitais de campanha, reformas de escolas e outras obras. Trata-se da categoria mais frequente em coocorrências entre duas categorias, em uma mesma publicação (e.g., construção de um hospital de campanha, tendo as categorias de Saúde e Infraestrutura). As coocorrências mais comuns foram Saúde/Infraestrutura (41 publicações) e Infraestrutura/Educação (24 publicações). As

² Dos seis Eixos Temáticos, 20 Categorias foram formuladas: Saúde, Segurança, Economia, Meio Ambiente, Educação, Assistência Social, Esporte/Cultura, Infraestrutura, Coronavírus, Comportamento Não verbal, Comportamento Verbal, Pessoas ou Representações, Aglomeração, Contato Físico, Uso de Máscara, Lavar a mão, Distanciamento Social, Agente Político Presente, Agente Político usa Máscara, Diversos/Outros (e.g., não relacionados às áreas de concentração como abordagem sobre políticos e imprensa).

categorias Educação e Assistência Social apresentaram um total semelhante de publicações relacionadas à Covid-19.

Tabela 6

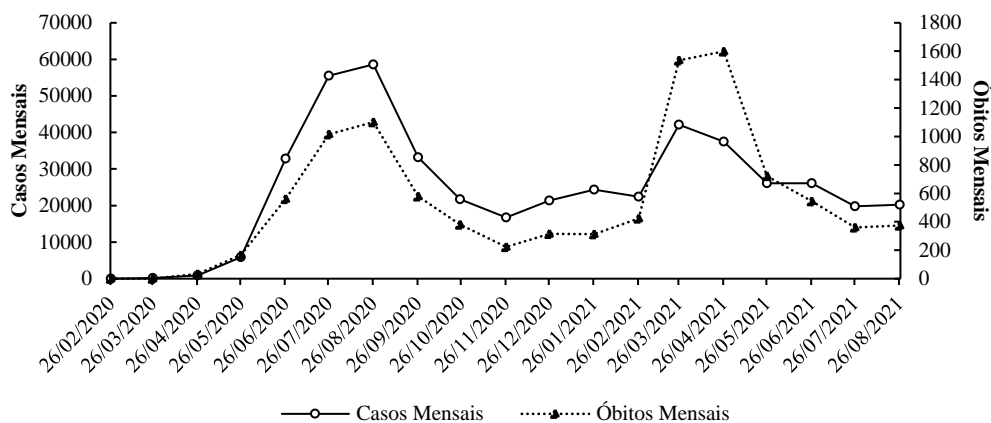
Categorias das Áreas Temáticas das Postagens no Facebook

Área Temática	Publicações	
	Total	Relacionadas a Covid-19
Saúde	212	147
Infraestrutura	195	34
Educação	65	15
Assistência Social	63	17
Economia	53	12
Segurança	27	0
Esporte/Cultura	15	0
Meio Ambiente	10	0
Diversos/Outros	67	2

A Figura 1 apresenta o número mensal de novos casos e óbitos por Covid-19. Dentro do período analisado, o Governo do Distrito Federal (GDF) teve dois grandes momentos de pico relacionados a novos casos de infecção e óbitos. O primeiro pico ocorreu quando ainda não havia muita informação sobre o vírus, formas de proteção e prevenção do contágio. A curva ascendente se estende de março a agosto de 2020. Em seguida, observa-se uma curva descendente para novos casos e óbitos até novembro de 2020. Dados relativamente estáveis e em baixos índices são mantidos até fevereiro de 2021. Entretanto, observa-se um novo pico ascendente de novos casos em março de 2021 e de óbitos até abril de 2021. Os quatro meses seguintes até agosto de 2021 mostraram curvas descendentes até o período final de análise dos dados desta pesquisa, em 26/08/2021.

Figura 1

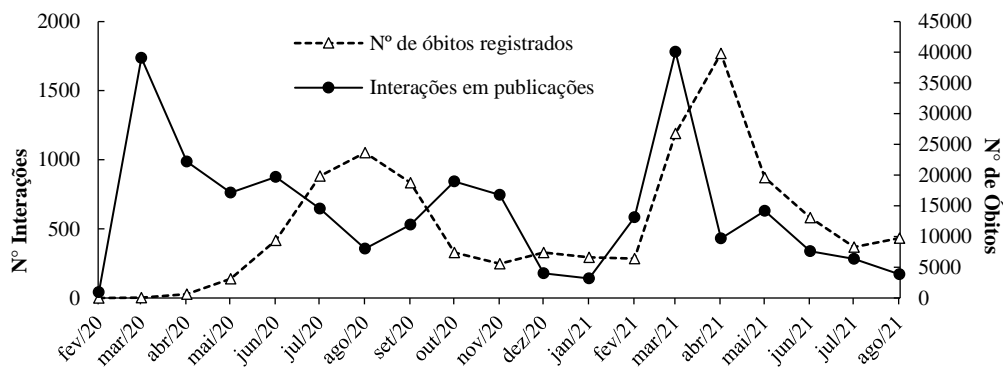
Número de Casos e Óbitos mensais por Covid-19 no DF



As mensagens postadas com curtidas e demais reações de compartilhamentos e comentários mostraram três picos de interações em março de 2020, outubro de 2020 e março de 2021. Em março de 2020, com as primeiras notícias quanto à pandemia, houve um pico de curtidas e reações com **26.328 interações**. Destas, 7.043 interações ocorreram em uma única publicação realizada no dia 17 de março, na qual é anunciado a doação pela empresa AMBEV de álcool em gel para as unidades hospitalares do DF. Em outubro de 2020, as duas publicações com o maior número de interações foram sobre a possível chegada das vacinas e a inauguração do centro especializado de saúde da mulher na quadra 714 da Asa Sul. E, em março de 2021 foi registrado o pico de óbitos nacional diário >3.000 óbitos, quando novas variantes retomaram a preocupação da população, e observou-se aumento nas interações, Figura 2.

Figura 2

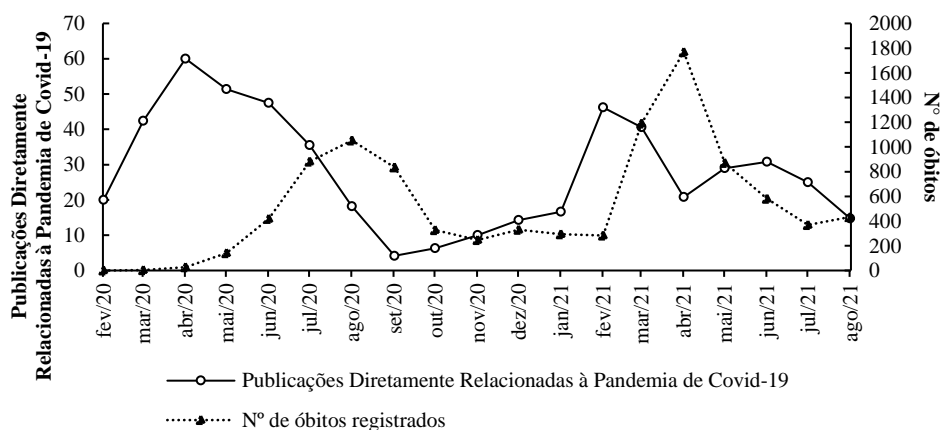
Número de Interações em Publicações e Número de Óbitos Mensais do DF



A Figura 3 apresenta a porcentagem de publicações diretamente relacionadas à pandemia de Covid-19 em relação ao total de publicações e número de óbitos mensais no DF. A porcentagem de publicações relacionadas à pandemia mostrou dois picos de publicações sobre o SARS-CoV-2, em abril de 2020, quando havia menor volume de informações sobre os cuidados e tratamentos da doença e fevereiro de 2021, concomitante ao pico de óbitos no Brasil. Se destaca que no período de abril de 2020 a agosto de 2020 a porcentagem das publicações relacionada a pandemia apresentou uma tendência oposta ao observado pelo número de óbitos mensais no DF.

Figura 3

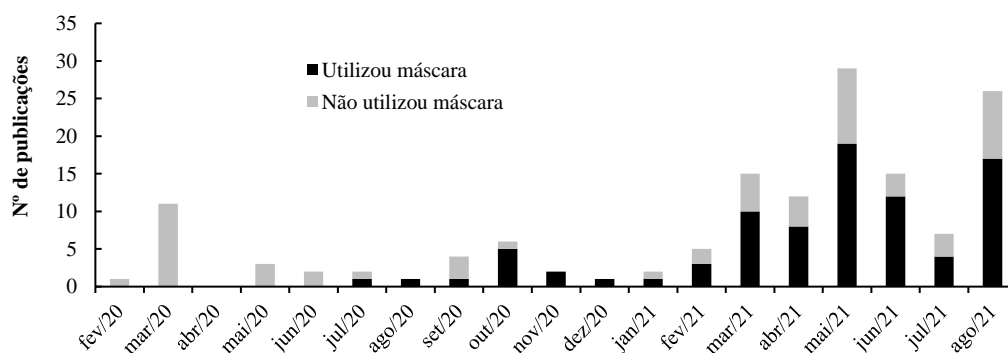
Publicações Diretamente Relacionadas à Pandemia de Covid-19 e Número de Óbitos Mensais do DF



A relação entre dizer-fazer, quanto ao uso de máscara por parte do governador pode ser analisada pela Figura 4. A apresentação de modelos à população pode auxiliar o seguimento das normas jurídicas. Em novembro e dezembro de 2020, o governador usou máscara em todas suas aparições nas publicações, e nos demais meses, em determinadas publicações, o governador não fazia uso da máscara. O **Decreto Nº 40.648, de 23 de abril de 2020** “Determina a obrigatoriedade do uso de máscaras, no âmbito do Distrito Federal, em razão da pandemia de COVID-19, causada pelo novo coronavírus”. Porém, tal obrigatoriedade somente entrou em vigor, a partir da data de 11 de maio de 2020, devido a alteração implementada pelo **Decreto Nº 40.672, de 30 de abril de 2020** que “Altera o Decreto nº 40.648, de 23 de abril de 2020, que determina a obrigatoriedade do uso de máscaras, no âmbito do Distrito Federal, em razão da pandemia de Covid-19, causada pelo novo coronavírus.” A primeira aparição na mídia Facebook do governador com a máscara ocorreu dois meses após a regulamentação em julho de 2020. O uso de máscara tornou-se claramente mais frequente em 2021, com variabilidade nos dezoito meses analisados.

Figura 4

Publicações Mensais em que o Líder Político Utilizou Máscara

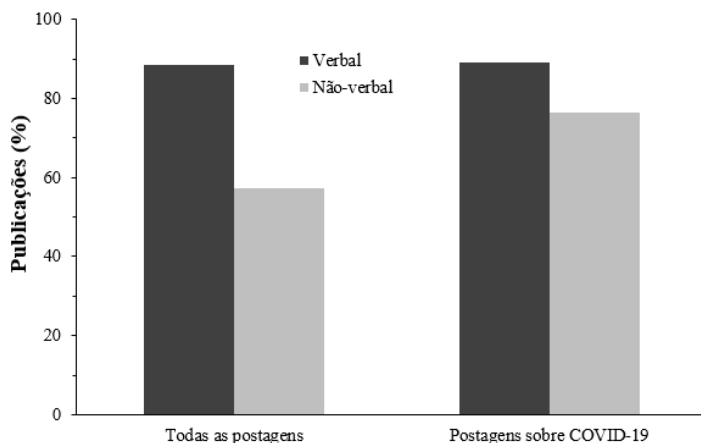


O seguimento do comportamento verbal (e.g., textual, vocal ou por sinais) e não verbal (e.g., uso de máscara e não aglomeração) presentes nas publicações em relação as orientações científicas de prevenção e controle da pandemia, é apresentado na Figura 5. Nas postagens relacionadas à pandemia, o comportamento verbal foi consistente com as orientações em

86,26% dessas publicações e o comportamento não verbal foi consistente com as orientações em 76,3%. Em relação ao total de postagens os índices foram de 88,39% e 57,1% respectivamente.

Figura 5

Publicações em que o Comportamento Verbal e Não-Verbal são Consistentes as Orientações de Prevenção e Controle da Covid-19

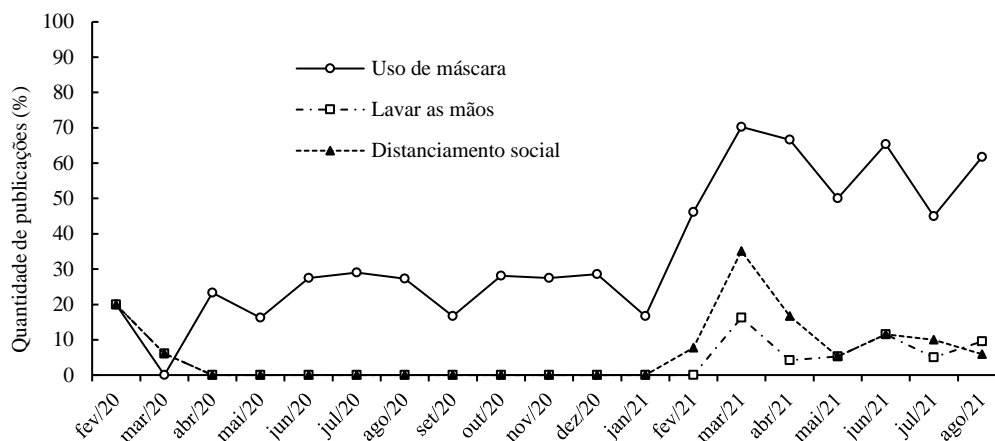


A Figura 6 apresenta a promoção de comportamentos de proteção e prevenção (verbal e não verbal), quanto ao uso de máscaras, lavar as mãos e distanciamento social nas publicações. Os comportamentos de lavar as mãos e o distanciamento social mostraram as menores frequências não tendo sido emitidos nos meses de abril de 2020 a janeiro de 2021. O uso de máscaras foi o comportamento mais emitido durante todo o período e tem aumento a partir de fevereiro 2021, com esta tendência se mantendo até o fim do período analisado.

O índice de acordo médio entre observadores foi de 94,43%. As categorias Agente político usa a máscara, Agente político está presente, lavar as Mãos e Segurança tiveram concordâncias, respectivamente, de 98,99%, 98,79%, 98,59% e 98,39%. E, as categorias Infraestrutura, Comportamento verbal e Comportamento não verbal tiveram concordâncias de 89,77%, 88,77% e 85,97%. As demais categorias foram representadas por porcentagens >90%.

Figura 6

Percentual de Publicações Mensais que Promovem Comportamentos de Prevenção da Covid-19



Decretos Governamentais na Coordenação da Pandemia de Covid-19

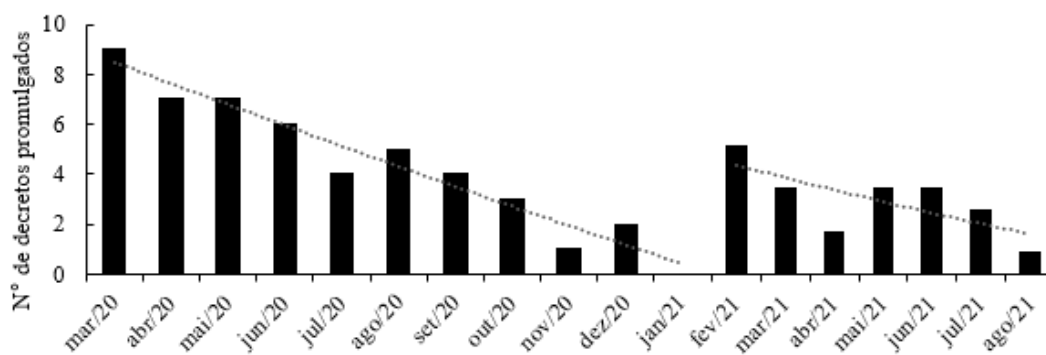
O primeiro decreto diretamente relacionado à Covid-19 foi o **Decreto nº 40.475, de 28 de fevereiro de 2020**, o qual “Declara situação de emergência no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus.” Neste, foram descritos os sintomas para a suspeita da infecção pelo vírus SARS-Cov-2, foram divulgados os canais de informação oficiais para dúvidas da população e os locais de atendimento para os pacientes, com a obrigação de informar novos casos por parte da rede privada de saúde e as obrigações da Secretaria de Estado de Saúde. Vale ressaltar que essas medidas foram tomadas antes da confirmação do primeiro caso no território distrital em 01 de março 2020.

No período analisado da pandemia de 26 de fevereiro de 2020 a 26 de agosto de 2021 foram promulgados pelo GDF 155 decretos sobre a pandemia de Covid-19 e foram selecionados 78 relacionados à abertura, regulamentação e fechamento de organizações, setores e segmentos comerciais e medidas de proteção e prevenção (Apêndices A e B). Em março de 2020 foi registrado o maior número de decretos promulgados (n=9) e, nos três primeiros meses da pandemia (n=23). A Figura 8 mostra a aceleração negativa do número de

novos decretos observado em 2020 e 2021. Houve dois ciclos que se replicaram com curvas decrescentes de novos decretos em 2020 e 2021.

Figura 7

Decretos Promulgados por Mês sobre a Abertura, Regulamento e Fechamento de Organizações, Setores e Segmentos



A Figura 8 apresenta relações entre número de novos casos de Covid-19 e óbitos e as regras estabelecidas por oito decretos selecionados abaixo. Em março de 2020, foram promulgados decretos que implementaram o fechamento e funcionamento de diferentes organizações. E, ao final do mês, uma tendência à flexibilização pode ser observada a qual se estendeu em 2020-2021 conforme apresenta a Tabela 7.

Tabela 7

Principais decretos sobre a implementação do fechamento e funcionamento de diferentes organizações

Data	Decreto (Nº)	Descrição
11/03/2020	40.509	Aumento da restrição a população
24/03	40.557	Fechamento
27/03	40.570	Início da flexibilização
06/06	40.872	Aumento das restrições de mobilidade para a região Ceilândia
08/07	40.961	Aumento das restrições de mobilidade para as regiões Sol Nascente e Estrutural
26/02/2021	41.842	Novo Fechamento devido ao aumento de casos
08/03	41.874	Limite das mais altas pontuações de restrições nos decretos
19/03	41.913	Flexibilização das restrições promulgando um protocolo de funcionamento de comércio e serviços

O **Decreto N. 40.509 de 11 de março de 2020** foi primeiro que estabeleceu regras sobre funcionamento e fechamento de eventos que exigem licença do poder público, com público superior a 100 pessoas. Atividades educacionais em escolas, universidades e faculdades (redes de ensino pública e privada) e funcionamento de bares e restaurantes, com 2 m entre as mesas foram pontos centrais. Em seguida, maior restrição foi implementada sobre a mobilidade pelo **Decreto N° 40.557, de 24 de março de 2020**. No entanto, a partir do **Decreto N° 40.570, de 27 março de 2020** houve início de uma tendência à flexibilização do fechamento até a promulgação do **Decreto n° 41.842, de 26 de fevereiro de 2021**. Este, foi criado tendo o contexto de aumento do número de novos casos que começou a ocorrer na metade daquele mês, sendo apresentado pela mídia como um novo *lockdown* (Pereira, 2021). As mais altas pontuações de fechamento nos decretos se concentraram de 2020 ao **Decreto N° 41.874 de 08 de março de 2021**.

Posteriormente, o **Decreto n° 41.913, de 19 de março de 2021** propôs protocolos e medidas de segurança tais como: horário de funcionamento, toque de recolher imposto à população, distanciamento social, uso de máscaras, verificação de temperatura, funcionamento com 50% da capacidade total, proibição de aulas coletivas (com contato físico e compartilhamento de equipamentos), maior uso de meios eletrônicos (de forma a evitar contatos físicos), e higienização dos móveis, equipamentos e objetos. Essas regras resultaram em menor pontuação dos decretos. Apenas ajustes foram instituídos, a cada novo decreto.

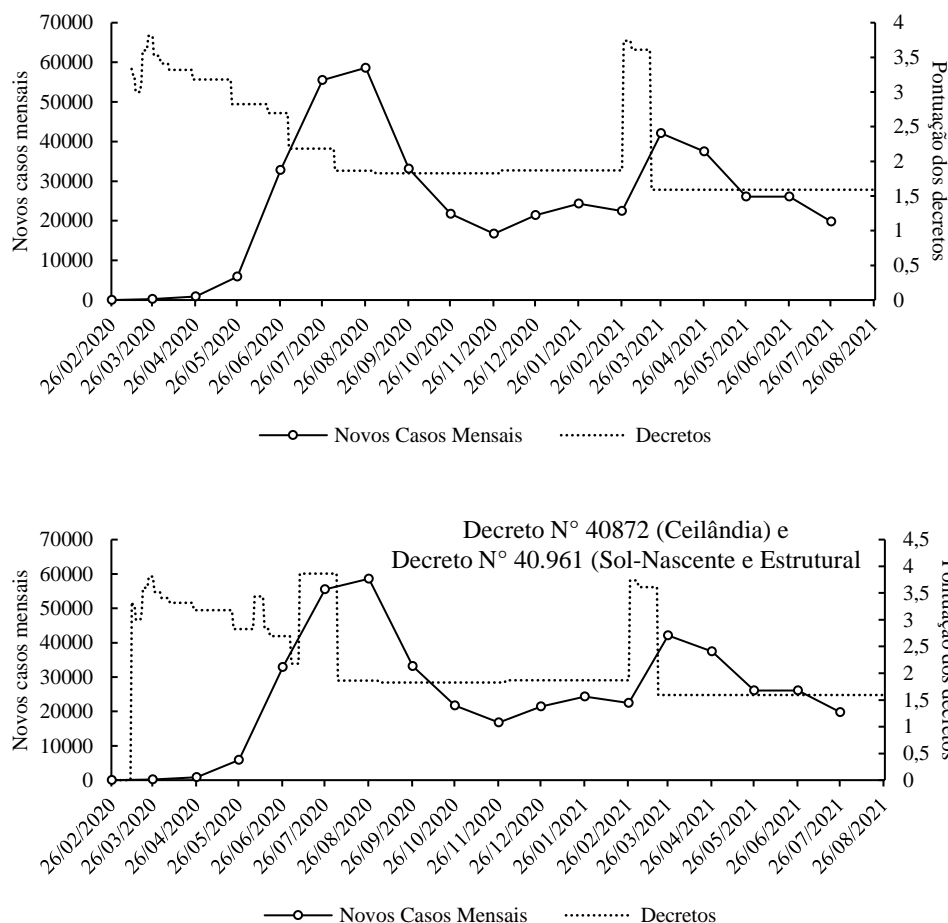
Os **Decreto N° 40.872, de 06 de junho de 2020** e **Decreto N° 40.961, de 08 de julho de 2020** tiveram as pontuações de 3,43 e 3,86 para três regiões, Ceilândia, Sol Nascente e Estrutural devido à alta do número de casos e óbitos destas regiões (Cruz, 2020). Assim, não são decretos aplicados ao restante do DF. A adição destes decretos pode induzir uma falsa interpretação que no período de 06 de junho 2020 a 08 de julho 2020 houve maior restrição para o funcionamento de organizações, setores e segmentos comerciais conforme Figura 8.

Vale ressaltar que de agosto de 2020 à fevereiro de 2021 não houve alterações significativas nos escores dos decretos promulgados.

O Decreto nº 41.913, de 19 de março de 2021 foi promulgado com um cenário com dados epidemiológicos que mostravam que neste dia ocorreram 1499 novos casos e 50 óbitos registrados. O maior número de óbitos registrado de todo o período analisado ocorreu em 18 de março de 2021, quando foram registrados 111 óbitos. A partir deste decreto houve a regulamentação para a liberação das organizações, instituições, setores e segmentos comerciais para a população, o que levou a queda nas pontuações dos decretos.

Figura 8

Decretos Promulgados e Novos Casos Mensais

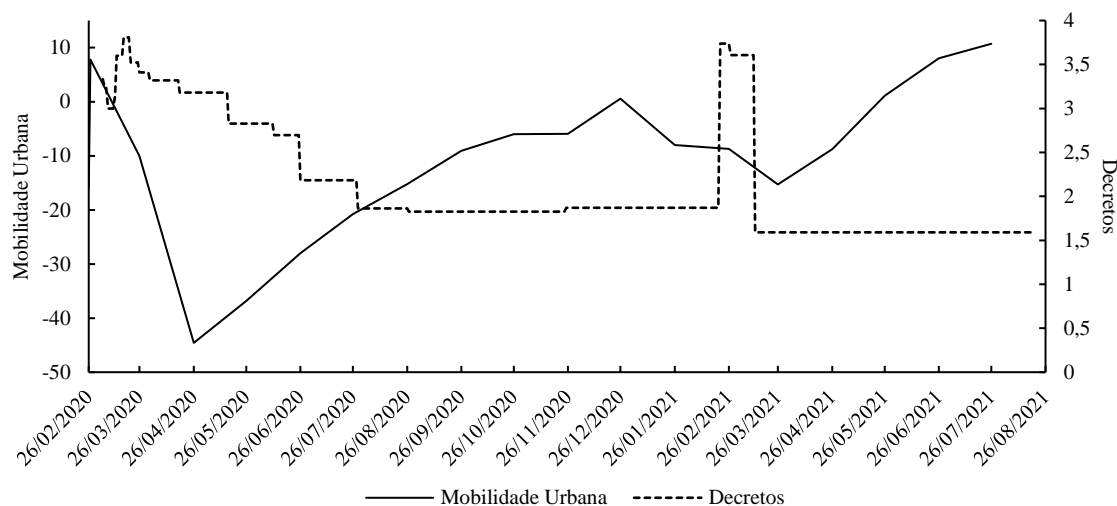


A Figura 9 mostra que apesar das determinações via decretos com mais altas pontuações determinando fechamento no início de 2020 a fevereiro de 2021, a mobilidade urbana teve a

maior queda registrada nos meses iniciais da pandemia. Em seguida mostrou, em geral, um aumento gradual nos transcorrer dos 19 meses, com uma única tendência de queda nos meses de janeiro a março de 2021. De dezembro de 2020, e a partir de maio de 2021, o índice de mobilidade urbana superou os índices anteriores a pandemia.

Figura 9

Pontuação dos Decretos e o Índice de Mobilidade Urbana



De acordo com o Boletim de Conjuntura do 1º trimestre de 2020 (Codeplan, 2020a), a economia do DF estava se recuperada desde 2017, após sete trimestres de recessão. No primeiro trimestre de 2020, houve um aumento de 1,2%. Restrições para controlar a disseminação da Covid-19 foram implementadas principalmente na segunda quinzena de março e foram gradualmente relaxadas a partir de abril (Codeplan, 2020b). Isso resultou na queda do índice INPC em março e abril, seguida por um crescimento no resto do período analisado. No entanto, o IPCA teve um aumento em abril, seguido por queda de 0,28%, com aumento no índice ao longo de todo o período analisado, como mostra a Figura 10.

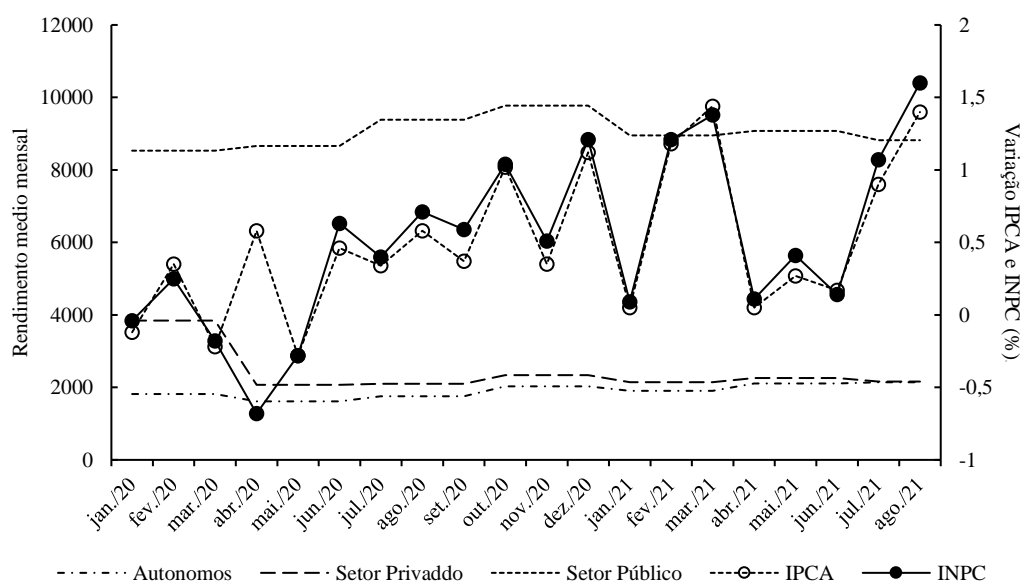
De acordo com o Boletim de Conjuntura do 3º trimestre de 2020 (Codeplan, 2020c), a economia motivou a flexibilização das medidas de restrição da Covid-19. As medidas fiscais oferecidas pelo governo federal e distrital foram eficazes para a melhoria da economia do DF, tendo apresentado uma trajetória de crescimento diferente da realidade brasileira. No entanto,

a recuperação econômica foi afetada no 4º trimestre devido ao aumento de casos e surgimento de novas cepas da Covid-19 (Codeplan, 2021a).

De acordo com o 1º e 2º Boletins de Conjuntura da economia do DF de 2021 (Codeplan, 2021b e 2021c), o primeiro semestre foi desafiador devido ao recrudescimento da pandemia e retomada de restrições ao funcionamento de estabelecimentos e circulação de pessoas. No entanto, os indicadores macroeconômicos mostraram sinais de recuperação melhores do que o esperado. A atenuação das medidas de distanciamento social o avanço da campanha de vacinação e a retomada do auxílio emergencial foram fatores positivos nos índices econômicos. Todos os setores econômicos do DF registraram expansão, resultando em melhora do mercado local, redução do desemprego e ampliação da taxa de participação. Embora a recuperação econômica tenha sido observada em 2021 (Codeplan 2021d), houve uma manutenção dos rendimentos médios e a redução do poder de compra da população devido ao aumento da inflação durante todo o período analisado, como apresentado na Figura 10.

Figura 10

Rendimento Médio Mensal do Trabalho Principal por Categoria Autônomo, Setores Privados e Público e Variação do IPCA e INPC no DF por mês



Análise Funcional de Eventos Centrais nos Decretos e Publicações

Entre os 78 Decretos analisados um total de 70,51% (55 Decretos) apresentaram antecedentes, respostas e consequências. Inicialmente, os decretos não tinham clareza quanto às consequências em caso do descumprimento. O Art. 7º do **Decreto nº 40.520, de 14 de março 2020**, tem a seguinte descrição da consequência: Art. 7º As pessoas físicas e jurídicas deverão sujeitar-se ao cumprimento das medidas previstas neste Decreto, e o seu descumprimento acarretará responsabilização, nos termos previstos em lei. No termo “responsabilização” não é possível descrever as consequências específicas pelo não cumprimento. No transcorrer de aproximadamente três meses, os decretos seguintes mantiveram o texto sem alteração até o **Decreto nº 40.817, de 22 de maio de 2020**. A seguinte mudança na descrição das consequências foi implementada:

Art. 9º As pessoas físicas e jurídicas deverão sujeitar-se ao cumprimento das medidas previstas neste Decreto, sob pena de multa, interdição e demais sanções administrativas e penais, nos termos previstos em lei. (Legislação correlata - Decreto 40846 de 30/05/2020)

§ 1º A inobservância dos protocolos e das medidas de segurança recomendados pelas autoridades sanitárias previstas neste Decreto, sujeita o infrator, cumulativamente:

I - às penas previstas no Art. 10 da Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977;

II - à incidência de crime de infração de medida sanitária preventiva de que trata o Art. 268 do Código Penal.

III - à suspensão do alvará de funcionamento, enquanto perdurar o estado de calamidade pública gerado pela Covid-19.

IV - à interdição total ou parcial do evento, instituição, estabelecimento ou atividade pelos órgãos de fiscalização declinados neste Decreto.

§ 2º Compete à Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal - DF LEGAL a fiscalização das disposições deste Decreto, em conjunto com a atuação das fiscalizações tributária, de defesa do consumidor, da vigilância sanitária e das forças policiais do Distrito Federal.

§ 3º As sanções previstas neste artigo aplicam-se de forma cumulativa tanto aos shopping centers quanto às lojas neles estabelecidas.

A descrição do Artigo 9º deixa claro quais seriam as consequências tanto para os empresários quanto para a população em geral, quais as sanções aplicadas aos que não seguirem

as normativas descritas pelos decretos. A partir deste, todos os demais decretos promulgados posteriormente apresentaram as consequências completas.

A partir dos índices de óbitos do DF, foram categorizados cenários epidemiológicos da pandemia de Covid-19 no DF: (a) Início e primeiro aumento do número de óbitos; (b) Primeiro Pico de óbitos; (c) Segundo Pico de Óbitos; e (d) Queda do número de óbitos. A escolha do índice de óbitos para a divisão dos cenários epidemiológicos do DF é consistente com a Nota Técnica nº 29 do Comitê Gestor do Plano de Contingência da Covid-19 (Coes/UnB)³. A Tabela 8 apresenta os cenários epidemiológicos selecionados. Declarações verbais do governador no Facebook foram analisadas, além de destaques para alguns decretos promulgados em cada cenário.

Tabela 8

Alguns Cenários Epidemiológicos da Pandemia de Covid-19 no Distrito Federal

Cenário Epidemiológico	Nº Óbitos	Período	Observações
1	Início e 1º aumento	26/02/2020 a 07/07/2020	Do primeiro caso em território nacional até o DF alcançar o número de 75 novos óbitos
2	1º Pico	07/07/2020 a 13/08/2020	Período com alto índice, variando entre o máximo de 77 e mínimo de 15 óbitos, com média de óbitos diários de 36,1 óbitos
3	2º Pico	05/02/2021 a 04/05/2021	Período de grande oscilação no número de óbitos com 7 óbitos no dia 05/02/2021 e aceleração positiva até alcançar 111 óbitos no dia 18/03/2021. Após essa data, redução para 16 óbitos em 04/05/2021
4	Queda	10/05/2021 a 05/07/2021	Período de queda no número diário de óbitos, variando de 34, em 10/05/2021, a 4 óbitos em 05/07/2021

Em relação aos dados de lotação das UTIs durante cada período analisado foram utilizados as Notas Técnicas e os Boletins do Comitê Gestor do Plano de Contingência da Covid-19 (Coes) da Universidade de Brasília, além da Nota Técnica 10 do Observatório Covid-

³ A Nota Técnica no 29 foi baseada no cálculo do R(t): número reprodutivo de casos tempo dependente, com a distribuição de óbitos por data de ocorrência. Assim, obteve-se uma série histórica dos óbitos confirmados por Covid-19. E, neste momento, o número de óbitos apresentava índice significativo (Coes/UnB, 2021).

19 da Fiocruz de 10 de fevereiro de 2022 que estabeleceu três níveis de alerta sobre a lotação das UTI em todo o território nacional: (1) Nível de alerta crítico (taxas $\geq 80\%$); (2) Nível de alerta intermediário (taxas $\geq 60\%$ e $< 80\%$); e (3) Nível de alerta baixo (taxa $< 60\%$) (Fiocruz, 2022, 11 Fevereiro).

Portanto, os diferentes cenários epidemiológicos foram analisados, considerando as publicações diretamente relacionadas à Covid-19, dentro de cada período, como mostra a Tabela 8. Assim, foram descritos as CCEs, PAs e CCs, o cenário epidemiológico, a pontuação dos decretos e aspectos econômicos, como eventos de controle, que podem assumir diferentes funções para as publicações. Metacontingências foram identificadas [(CCEs \rightarrow PA) \rightarrow CCs], de forma a considerar eventos selecionadores de práticas culturais recorrentes. Nas publicações foram verificadas classes de respostas e classes de consequências, que embora possam variar a forma ou topografia, mantêm função similar que define uma classe de respostas ou classes de eventos.

Cenário Epidemiológico 1: Início e Primeiro Aumento de Óbitos

O primeiro pico de óbitos teve a duração de 133 dias, e contou com 68 publicações no perfil do governador no Facebook. No dia do primeiro caso de Covid-19, em território nacional, em 26/02/2020 foi publicado:

Confira 8 dicas para prevenir infecções respiratórias, (1) Evitar contato próximo com pessoas com infecções respiratórias agudas; (2) lavar frequentemente as mãos, especialmente após contato direto com pessoas doentes ou com o meio ambiente e antes de se alimentar; (3) Usar lenço descartável para higiene nasal; (4) Cobrir nariz e boca ao espirrar ou tossir; (5) Evitar mucosas de olhos, nariz e boca; (6) Higienizar as mãos após tossir ou espirrar; (7) Não compartilhar objetos de uso pessoal como talheres, pratos, copos ou garrafas; (8) Manter os ambientes bem ventilados.

A análise desta declaração verbal mostra fatos que descrevem recomendações científicas, neste período inicial da pandemia em 2020, com os primeiros decretos com obrigatoriedade do uso de máscara como o **Decreto 40.672 de 30 de abril de 2020**. A consistência entre dizer-fazer pode ser observada neste momento da pandemia. Entre as

principais ações do GDF estavam a produção, distribuição e recebimento de doações de álcool em gel, a realização de testes (identificadas em 11 publicações). Sete decretos foram destacados neste contexto, e mostraram a intensificação de restrições oscilando com flexibilização.

Tabela 9

Decretos destacados no Cenário Epidemiológico 1

Data	Decreto (Nº)	Descrição
14/03	40.520	Amplia as restrições
19/03	40.539	Suspensão de Cultos religiosos
23/03	40.550	Flexibilização de diferentes atividades
24/04	40.659	Flexibilidade de Cultos religiosos
30/04	40.672	Uso obrigatório de máscara
02/07	40.939	Flexibilidade em atividades comerciais e industriais
13/07	40.982	Flexibilidade das medidas

A publicação no Facebook de 31/03/2020 informou sobre a compra de álcool em gel, materiais de limpeza e higienização e hidroxicloroquina para tratamento de casos graves da infecção pelo vírus SARS-CoV-2. O primeiro decreto, já citado nesta seção de resultados, (**Decreto nº 40.509, de 11 de março de 2020**), suspendeu eventos de qualquer natureza que exigissem licença do poder público. No entanto, o decreto promulgado logo em seguida, (**Decreto nº 40.520, de 14 de março de 2020**), ampliou as restrições para a população, comércio e serviços, incluindo atividades coletivas de cinema e teatro, agências bancárias, academias, museus, zoológicos, parques, boates e casas noturnas, e atendimento ao público em shoppings centers, feiras populares e clubes recreativos. Essas restrições foram mantidas até o **Decreto nº 40.550, de 23 de março de 2020**, que anexou uma lista de segmentos comerciais que poderiam retornar o funcionamento, gradualmente reduzindo as restrições para a população. Esses segmentos incluíam clínicas odontológicas e veterinárias (para atendimento de emergência), clínicas médicas, laboratórios, farmácias, supermercados, hortifruti, padarias, lojas de material de construção, postos de combustíveis, operações de delivery, entre outros.

De forma complementar, observa-se o **Decreto nº 40.939, de 2 de julho de 2020**, que no Art. 3º estabeleceu: “Fica liberada toda atividade comercial e industrial no Distrito Federal,”

desde que as medidas de proteção e prevenção contra o Covid-19 fossem mantidas, exceto aquelas suspensas na forma do Art. 2º – eventos que exijam licença do poder público, eventos esportivos, atividades coletivas de cinema, teatro e culturais, exceto quando realizados em estacionamento, funcionamento de boates e casas noturnas, estabelecimentos localizados em shoppings centers, centros comerciais e feiras.

Voltando ao mês de março, apenas para destacar a temática dos decretos com cultos religiosos. O **Decreto nº 40.539, de 19 de março de 2020** suspendeu cultos e missas de qualquer credo ou religião com manutenção da suspensão até a publicação do **Decreto nº 40.659, de 24 de abril de 2020**. Neste, foi liberada a realização de cultos, missas e rituais de qualquer credo ou religião nos estacionamentos das igrejas, templos e demais locais religiosos, desde que as pessoas permanecessem dentro de seus veículos, devendo ser observada a distância mínima de 2 m entre cada veículo estacionado. As atividades religiosas se modificaram com a **Lei nº 6.630, de 10 de julho de 2020** que as determinou como serviços essenciais para a população do DF, permitindo encontros presenciais, desde que houvesse medidas de proteção e prevenção a Covid-19. Tais medidas de proteção foram reduzidas em decretos posteriores, como no **Decreto nº 40.982, de 13, de julho de 2020** e **Decreto 41.105 de 13 de agosto de 2020**, respectivamente: “Os cultos, missas e rituais de qualquer credo ou religião poderão ser realizados presencialmente, em locais com capacidade para mais de 200 pessoas (...) em todas as igrejas, templos e nos locais religiosos.”

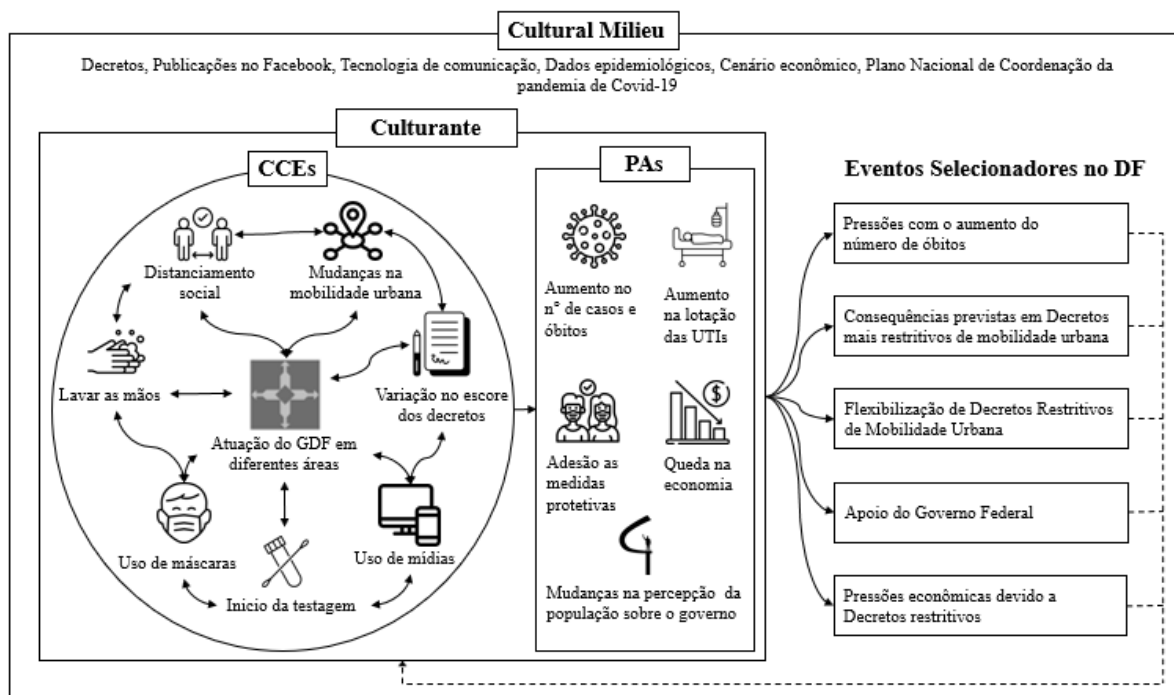
No período anterior a junho de 2020 não foram publicados ou disponibilizados dados sobre a lotação das UTI⁴. A Nota Técnica 25 Coes/UnB divulgou a série histórica dos dados

⁴ Entre os recursos metodológicos para apresentação de indicadores críticos, o Coes/UnB apresenta: “A proporção de ocupação de leitos críticos em uso para Covid-19 é um dos mais importantes indicadores de saúde para medir a criticidade da pandemia, bem como denota pelo menos dois pontos: sofrimento da população pela doença, e de alguma forma, a magnitude da doença e sua gravidade, bem como o custo social; e a capacidade operacional do sistema de saúde, na rede pública e privada, na oferta de um serviço especializado. Portanto, sugere-se que toda a vez que a proporção de ocupação dos leitos de UTI *se aproximar ou ultrapassar 85%*, seguindo recomendações da OPAS/OMS e reflexões de especialistas do Coes/UnB, *medidas de controle mais eficazes devam ser tomadas pelos gestores dos poderes públicos* para minorar a ocorrência de casos novos de Covid-19 a serem internados. Ao mesmo passo que caso a taxa de ocupação seja de 70% ou menos, o balanço da oferta de leitos de UTI para outras demandas que não Covid-19 possam ser aproveitados para reduzir possível represamento do uso das UTI para outras necessidades dos usuários do SUS” (Nota Técnica, 32 Coes/UnB de 24 de novembro de 2021, pp.8-9) [destaques acrescentados]

sobre a lotação das UTI no DF, iniciando em junho de 2020 com <60% de ocupação dos leitos com pacientes de Covid-19. O Boletim extraordinário do Observatório Covid-19 da Fiocruz (16/03/2021) mostrou a partir de 17/07/2020 a lotação de leitos UTI no DF >80%. E, o site da Secretaria de Saúde DF, InfoSaúde DF, a série histórica dos leitos de UTI foi disponibilizada a partir de 04/03/2021⁵ (<https://info.saude.df.gov.br/leitosdaredepublicasseriehistorica/>).

Na seleção de práticas culturais, neste contexto, os principais produtos agregados (PAs) na coordenação da pandemia ocorreram, tendo um contexto com os decretos exemplificados anteriormente, e publicações no perfil do governador que foram consistentes com recomendações científicas. Entretanto, em outras declarações verbais do governador, como determinações via decretos, observou-se uma gradual flexibilização do fechamento e funcionamento de diferentes setores. Entre as publicações no perfil do governador no Facebook, observou-se apoio como a utilização de tablets para a comunicação entre pacientes internados e seus familiares, Programa Prato Cheio, distribuição de cestas básicas e à renda emergencial para a população de baixa renda. Esse contexto antecedente com variabilidade na gestão da pandemia contribuiu para enfraquecimento dos PAs centrais que se espera produzir em larga escala, junto à população. Entre os CCEs estavam: (1) uso de máscaras, (2) distanciamento social para pessoas com sintomas, (3) higienização frequente das mãos, e (4) testagem em massa, com o objetivo de diminuir a propagação do vírus, com monitoramento epidemiológico eficiente. A Figura 12 mostra metacontingências que representam esse período.

⁵ Foi realizado no dia 14/10/2022 contato com a Secretaria de Saúde do DF para a possibilidade da disponibilização dos dados do início da pandemia por meio da ouvidoria pelo protocolo So-260507/2022. Porém, em suas respostas foi verificado a impossibilidade da apresentação dos dados acerca da lotação das UTIs no DF anteriores a junho de 2020.

Figura 11**Metacontingências do Cenário Epidemiológico 1: Início e Primeiro Aumento de Óbitos**

Nota.

CCEs: Contingências Comportamentais Entrelaçadas

PAs: Produto Agregado

Eventos Seleccionadores, Consequências Culturais (CCs)

Metacontingência: [(CCEs→PAs)→CC]

Culturante: (CCEs→PAs)

Cenário Epidemiológico 2: Primeiro Pico de Óbitos

O primeiro pico de óbitos teve a duração de 38 dias, e contou com 16 publicações no perfil do governador no Facebook. Entre as principais publicações deste período estão a publicação do dia 13 de julho “mais 250 profissionais para o combate a Covid-19”, no mesmo dia foi publicado sobre a inauguração do Hospital Modular de Ceilândia com 73 leitos novos, a chegada de >300 mil kits de testes rápidos para a Covid-19, em 28 de julho, e a entrega de todos os resultados de testes pendentes da rede pública, em 11 de agosto de 2020. Publicações sobre os programas de distribuição de renda foram realizadas como a Bolsa Alimentação (em 20 de julho) e o Prato cheio (em 31 de julho) adotados para minimizar o impacto econômico e social causado pela pandemia. A Tabela 10 apresenta quatro decretos que foram destacados

neste cenário com o primeiro pico de óbitos, os quais referem-se a cultos, missas e rituais de qualquer credo ou religião e a retomada do campeonato Brasiliense de Futebol.

Tabela 10

Decretos destacados no Cenário Epidemiológico 2

Data	Decreto (Nº)	Descrição
30/05	40.846	Flexibilização de cultos, missas e rituais
11/08	41.099	Participação de pessoas com >70 anos sem comorbidades
04/08	41.062	Retomada do Campeonato de Futebol
13/08	41.105	Liberação de todas as igrejas, templos e locais religiosos

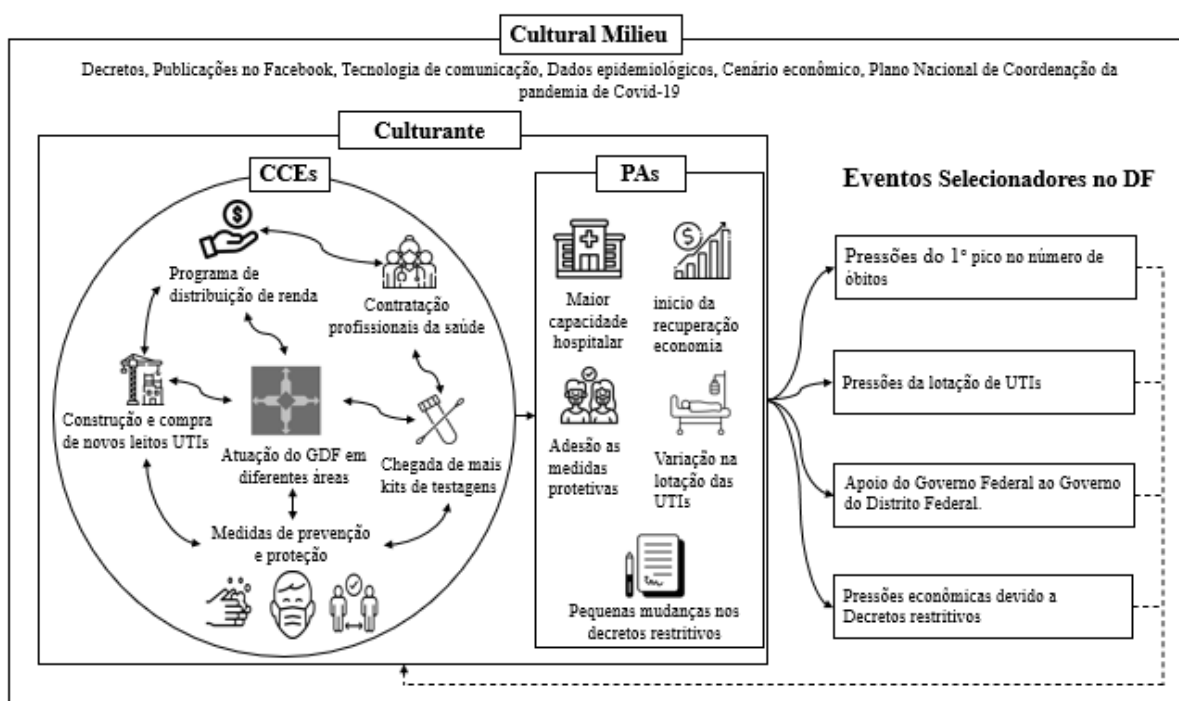
Durante o primeiro pico de óbitos, houve mudanças na legislação sobre a realização de atividades religiosas. No **Decreto nº 40.846, de 30 de maio de 2020**, no “Art. 1º – Fica autorizada a realização de cultos, missas e rituais de qualquer credo ou religião, observadas normas específicas, especialmente no que diz respeito ao uso obrigatório de máscaras, nos termos do Decreto nº 40.648, de 23 de abril de 2020.” O **Decreto nº 41.105, de 13 de agosto de 2020**, estabeleceu que todas as igrejas, templos e locais religiosos realizassem suas atividades. Anteriormente, somente os locais com capacidade >200 pessoas tinham permissão. E, o **Decreto nº 41.099, de 11 de agosto de 2020** autorizou a participação de pessoas com >70 anos, nas cerimônias, caso não apresentassem comorbidades assinaladas no Plano de Contingência da Secretaria de Estado de Saúde. Durante este período, as atividades esportivas foram retomadas por meio do **Decreto nº 41.062, de 04 de agosto de 2020**. No entanto, a presença de público durante os jogos foi proibida, e havia protocolo de saúde para proteção dos profissionais envolvidos. A lotação dos leitos de UTIs para Covid-19 no DF mostrou, na semana de 26/07/2020, lotação >80%, a qual foi mantida nas demais semanas.

As metacontingências do Cenário Epidemiológico 2, com o primeiro pico de óbitos são apresentadas na Figura 12. Com o pico de óbitos, as CCEs foram voltadas para medidas de intervenção/tratamento, tais como programas de distribuição de renda; convocação de

profissionais de saúde, aumento do número de leitos de UTIs para pacientes de Covid-19 e aumento de kits de tratamento. No entanto, as medidas de prevenção por meio de decretos permaneceram sem alterações, quanto à mobilidade da população urbana.

Figura 12

Metacontingências do Cenário Epidemiológico 2: Primeiro Pico de Óbitos



Nota.

CCEs: Contingências Comportamentais Entrelaçadas

PAs: Produto Agregado

Eventos Seleccionadores, Consequências Culturais (CCs)

Metacontingência: [(CCEs→PAs)→CC]

Culturante: (CCEs→PAs)

Cenário Epidemiológico 3: Segundo Pico de Óbitos

Ocorreu em um período de 89 dias com 30 publicações. No transcorrer do período analisado nesta pesquisa foi o período com o mais alto número de óbitos registrado no DF com o máximo de 111 óbitos em 18 de março de 2021. O tema principal das publicações no perfil do governador no Facebook foi a vacinação, o número de doses disponíveis, locais de vacinação, incentivos à vacinação, parcerias com aplicativos de transporte para levar idosos aos locais de vacinação, e decisões políticas e técnicas relacionadas à imunização da população.

O governador parabenizou profissionais de saúde em 4 de fevereiro de 2021 e em 16 de abril, 23 de fevereiro e mulheres que estavam na linha de frente da pandemia em 10 e março de 2021, enfatizando a importância de seguir as medidas de proteção e prevenção contra a Covid-19. Em 27 de fevereiro foi publicado:

Fui convidado para um casamento neste sábado, mas em respeito ao distanciamento social, não irei. Especialmente neste momento que as UTIs estão lotadas, peço a todos que evitem aglomerações e sigam o protocolo de segurança para que todos possamos conter o avanço do vírus.

Publicações apresentaram estímulos aversivos com a imagem de um homem com os olhos cobertos, aparentemente sedado, um tubo inserido na boca e o texto: "isso é uma intubação, é melhor você não aglomerar" (11 de março 2021). Neste período, houve maiores restrições à mobilidade da população. Em seguida foi publicado um vídeo (13 de março de 2021):

Uma boa notícia para este sábado: a taxa de transmissão da Covid no DF, que já foi de 1,38, baixou para 1,12. Isso significa que as medidas que tomamos deram certo. Mesmo assim é muito alta! É preciso que mantenham o uso de máscara, álcool em gel e o distanciamento.

As ações do GDF incluíram projetos de hospitais e rodovias. Em publicação de 11 de março o governador declarou:

O momento na saúde é de gravidade, mas o Governo do Distrito Federal não pode deixar outras áreas pararem. Expressei a cada um dos secretários que o trabalho deve continuar. Por isso no GDF tem obra todo dia. Hoje, tivemos ações em Ceilândia, Taguatinga e no Recanto das Emas. #ÉTempoDeAção #ObraTodoDia

Diferentes procedimentos, como reforço social, apresentação de modelos como o relato do perfil de Paulo Pimenta sobre não poder abraçar a mãe no dia das mães, mas faltava pouco para esse abraço acontecer foi publicado no perfil do governador:

“Fiquei emocionado com esse comentário do Paulo Pimenta. O momento é muito difícil e tenho sofrido muitos ataques, principalmente nas redes sociais. Esse comentário me fez lembrar do que é o mais importante: proteger a vida dos brasilienses...”

Descrições de comportamentos protetores e pedidos para engajamento em medidas preventivas, contribuíram para a adesão da população às restrições de mobilidade urbana, durante um período de alta incidência da doença.

Portanto, entre as ações do GDF constaram: (a) testemunhos, (b) informações sobre a vacinação, (c) promoção de comportamentos preventivos e protetivos, por meio da divulgação dos índices de transmissibilidade da Covid-19, (d) investimento material e humano para o combate à pandemia, (e) mensagens sobre a gestão da pandemia pelo GDF, para promover a confiança da população, (f) parabenização a profissionais da área da saúde, (g) mensagens com apelo emocional. A Tabela 11 apresenta os seis decretos selecionados para este cenário.

Tabela 11

Decretos destacados no Cenário Epidemiológico 3

Data	Decreto (Nº)	Descrição
10/02	41.789	Proibição de festas
26/02	41.841	Teletrabalho
26/02	41.842	Aumento de restrições e mobilidade
08/03	41.874	Toque de recolher
08/03	41.882	Estado de Calamidade Pública DF
19/03	41.913	Protocolo de funcionamento

No **Decreto nº 41.789 de 10 de fevereiro de 2021**, foram proibidas festas, eventos ou blocos de carnaval; no **Decreto nº 41.841 de 26 de fevereiro de 2021** foi disposto sobre o teletrabalho como medida necessária para a continuidade do funcionamento da administração pública; no **Decreto nº 41.842 de 26 de fevereiro de 2021**, as restrições de mobilidade da população foram aumentadas, com a proibição de atividades coletivas de cinema e teatro, atividades educacionais, academias de esportes, museus, zoológicos, parques, boates, atendimento ao público em shoppings, feiras populares e clubes recreativos. O **Decreto nº 41.874 de 08 de março de 2021** instituiu o toque de recolher das 22 h às 5 h, e no **Decreto nº 41.882 de 08 de março de 2021** foi declarado "Estado de Calamidade Pública no âmbito da

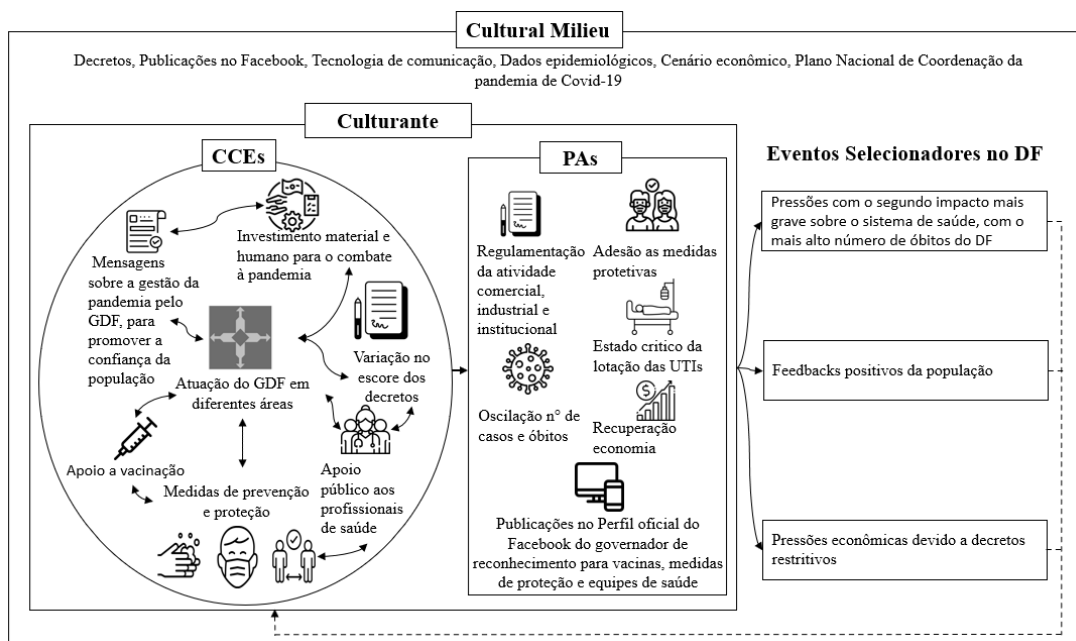
Saúde Pública do Distrito Federal" em decorrência da pandemia causada pelo SARS-CoV-2. Todos esses decretos instituíram controle neste grave cenário epidemiológico.

O **Decreto nº 41.913, de 19 de março de 2021** é um protocolo de funcionamento de todas as atividades comerciais, industriais e institucionais no DF, um dia após o pico de óbitos (111 óbitos em 18 de março 2021). O decreto suspendeu eventos presenciais que exigiam licença do poder público, incluindo eventos culturais, boates e casas noturnas. No entanto, foram permitidas exceções para cursos profissionalizantes e de capacitação, eventos cívicos, corporativos e gastronômicos, e feiras e exposições culturais. As atividades culturais foram liberadas para serem realizadas em estacionamentos, desde que as pessoas permanecessem em seus veículos, mantendo uma distância mínima de 2 m entre os veículos. O Decreto implementou protocolos de segurança que incluíram distanciamento social, 50% da capacidade máxima, disponibilização e uso de álcool em gel, cuidados com o manuseio de objetos, uso de máscaras, e higienização de equipamentos de ginástica em academias.

O Decreto nº 41.913, citado acima, proibiu a venda de bebidas alcoólicas, após as 20 h, em todos os estabelecimentos comerciais autorizados a funcionar, incluindo operações de delivery, drive-thru e take-out. Houve imposição de recolhimento noturno para a população do DF, das 22 h às 5 h, com exceções para as pessoas que retornavam para casa ou finalizavam entregas de pedidos até às 22 h. Entre as autorizações para o funcionamento 24 h estavam hospitais, clínicas médicas, odontológicas e veterinárias, laboratórios, farmácias, postos de combustíveis, funerárias e serviços relacionados, serviços de empresas de transporte de valores, indústrias de alimentação e bebidas, logística, material de construção civil e produção de medicamentos, correios, agropecuária, e produção essencial para o abastecimento do DF. Também estavam incluídas as atividades de serviços públicos de iluminação, telecomunicações, limpeza urbana e saneamento básico, serviços privados de transporte individual de passageiros, representações diplomáticas e atividades de imprensa, serviços

aeroportuários responsáveis pelo embarque e desembarque de passageiros e transporte de cargas, bem como a rede hoteleira da cidade. O escore médio de restrição foi mantido constante neste cenário. A lotação de UTIs foi >80% (Nota Técnica 10 do Observatório Covid-19 da Fiocruz de 10 de fevereiro de 2022, e Nota Técnica 34 Coes/UnB, 08 dezembro de 2021). A Nota do Coes/UnB mostrou que a taxa de ocupação de leitos de UTI geral reduziu, mas a internação para pacientes Covid-19 foi elevada.

A Figura 13 apresenta metacontingências deste cenário com o segundo pico mais grave do número de óbitos. Após, aproximadamente um ano de pandemia, com um grave cenário epidemiológico, o perfil do Facebook do governador mostrou declarações verbais com função de reforçamento positivo para a adoção de medidas preventivas e da vacina. Estratégias como a descrição de seu próprio comportamento e de outras pessoas, de forma a evitar festas ou visitas, ilustram episódios de comunicação de risco com maior riqueza em intervenções. Tatos descrevem detalhes sobre os procedimentos de vacinação e o grave cenário epidemiológico. Operantes verbais com a função de mandos foram emitidos em forma de solicitação e orientação quanto à adoção de comportamentos preventivos. O reconhecimento para as equipes de saúde são exemplos da governança verbal com qualificação positiva para as equipes. A forma de falar sobre o evento pode contribuir para mudanças em comportamentos de enfrentamento da situação, podendo minimizar vieses contrários às recomendações científicas ou a propagação de notícias falsas.

Figura 13*Metacontingências do Cenário Epidemiológico 3: Segundo Pico de Óbitos*

Nota:

CCEs: Contingências Comportamentais Entrelaçadas

PAs: Produto Agregado

Eventos Seleccionadores, Consequências Culturais (CCs)

Metacontingência: [(CCEs→PAs)→CC]

Culturante: (CCEs→PAs)

Cenário Epidemiológico 4: Queda do n° de Óbitos

Período de 57 dias, com 17 publicações diretamente relacionadas a Covid-19. Entre os temas principais abordados nas publicações, destacaram-se os investimentos realizados pelo GDF: inauguração do Hospital de Campanha de Ceilândia (3 de maio de 2021); novos investimentos na malha rodoviária (obras em Taguatinga em 25 de maio de 2021); anúncio do início da vacinação para os professores e profissionais da educação; e anúncio de obras e reformas nas escolas públicas (18 de maio de 2021); anúncio do investimento em saúde por meio da contratação de novos profissionais e reformas nas unidades de ensino (20 de maio de 2021); relato de investimentos em obras e manutenções no DF, gerando >40 mil empregos (14 de junho de 2021, em programa de rádio).

A vacinação contra a Covid-19 foi abordada em 11 publicações, com ênfase no apoio e incentivo à vacinação dos professores, citado em 5 publicações. Dúvidas enviadas pela população sobre novas doses da vacina, que dependiam diretamente do governo federal (11 de junho de 2021). O GDF garantiu a segunda dose para toda a população que recebeu a primeira imunização e não publicou um cronograma de vacinação, devido à dificuldade de prever a quantidade e o prazo de chegada de novas doses. Novas faixas etárias para vacinação seriam anunciadas ao ter as doses disponíveis.

As principais ações do GDF foram relativas ao cuidado com a educação e o retorno às aulas na rede pública. O relato apresentou que 90% das escolas haviam passado por reforma, com contratação de 437 servidores públicos e aumento da oferta de vagas por meio de novos centros de ensino (04 de junho de 2021). Em 27 de julho de 2021 foi publicado:

Elaboramos com muito carinho o plano de ações para a retomada das aulas presenciais na rede pública de ensino. Vacinamos os profissionais da educação, compramos termômetros para aferir a temperatura de alunos e servidores e vamos garantir máscaras e álcool gel, tudo para que a volta às aulas seja feita com segurança. As aulas vão ser escalonadas e o retorno, gradual. Um grande esforço pela educação. E fizemos muito mais. Ao contrário de outros estados, aqui no DF nós não usamos a pandemia para travar os investimentos. Pelo contrário. Nos preocupamos também em manter empregos. Nós reformamos 100% das escolas e soubemos utilizar bem os recursos do PDAF e de emendas parlamentares para deixar esses ambientes ainda mais agradáveis para os estudantes. Nós também nomeamos quase 500 profissionais da educação, entre técnicos, secretários escolares e monitores. Nosso governo não parou com a pandemia e assim vamos seguir trabalhando. Desejo um excelente retorno às aulas pra todos e todas.

Em 28 de agosto de 2021 foi publicada a redução na taxa de transmissibilidade para 0,93, um índice que demonstra a eficácia da vacinação, de medidas de distanciamento social e higienização adotadas pela população. Neste cenário, dois decretos foram selecionados como destaques: O Decreto nº 41.913, de 19 de março de 2021, adicionando competições esportivas amadoras, festas de casamento, batizados, aniversários, e eventos similares. Esses eventos passaram a ser permitidos, e o horário de funcionamento das empresas foi estendido, além do estabelecido, anteriormente pelo **Decreto nº 41.874, de 08 de março de**

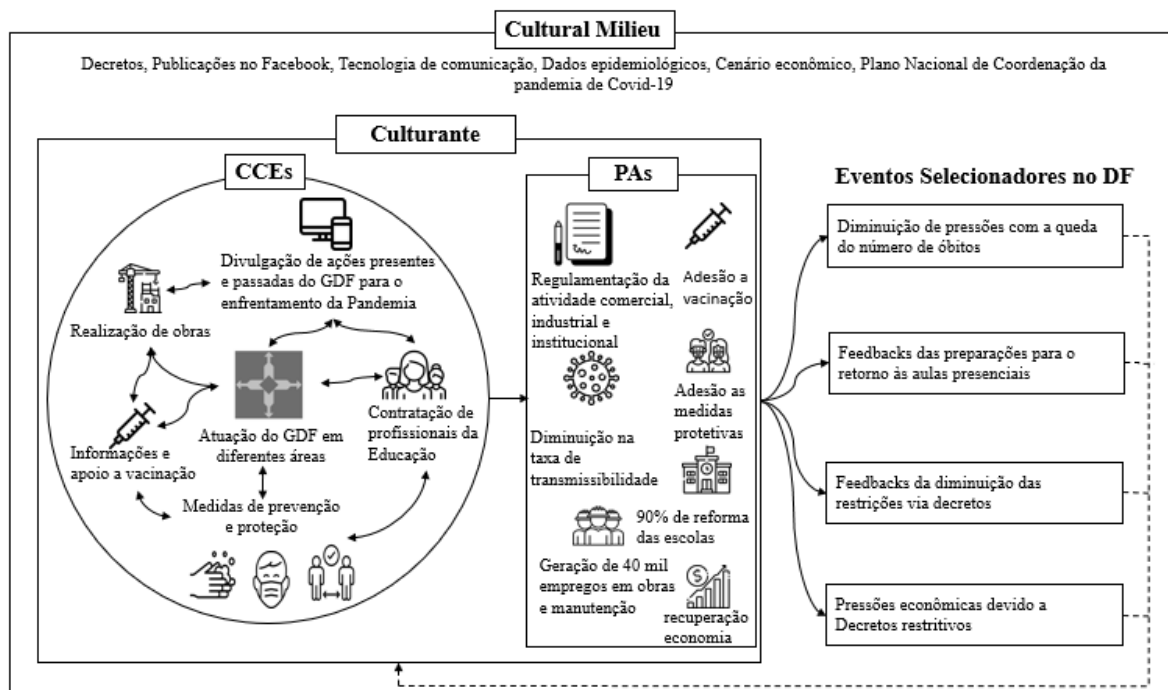
2021, de 22 horas para 24 horas. No **Decreto nº 42.253, de 30 de junho de 2021** foi regulamentado o retorno ao trabalho presencial, com algumas exceções para servidores: gestantes, pessoas com histórico de hipersensibilidade ao princípio ativo ou aos excipientes da vacina contra a Covid-19, pessoas que tiveram reações anafiláticas à vacina, pessoas >60 anos e grupos de risco, como idosos e portadores de comorbidades descritas no Plano de Contingência da Secretaria de Estado de Saúde DF. O cenário epidemiológico 4 é descrito em metacontingências na Figura 14.

Queda no número de óbitos foi registrada entre 10 de maio e 6 de julho de 2021, mas a ocupação de leitos de UTI adulto para Covid-19 ainda era crítica >85% (Nota Técnica 12 Coes/UnB, 2021, 7 de julho). A partir das publicações no Facebook do governador, os principais PAs esperados foram voltados para o apoio ao retorno às aulas presenciais, um dos principais temas de todo o período, assim como informações sobre a vacinação. O Coes/UnB seguiu alertando:

(...) Ratificamos as sugestões: ***política pública de comunicação de risco*** voltada ao (i) distanciamento físico, evitando aglomerações, assim como (ii) uso de máscaras, (iii) higienização frequente das mãos, (iv) suporte social para a população mais frágil socioeconomicamente, (v) desenvolvimento de atividades relacionadas à promoção e saúde mental e (vi) importância da vacinação, tanto da primeira como da segunda dose de vacina para Covid-19, bem como a intensificação da vacinação para influenza, (vii) também neste processo de comunicação precisa ser incluído que não devemos escolher a vacina a tomar, pois é a cobertura vacinal da coletividade que favorece a redução dos casos graves e óbitos, (viii) estruturação do rastreamento e monitoramento de contatos, (ix) maior oferta de testagem por RT-PCR, e subsequente, sequenciamento genético. Acredita-se que ***dado o patamar tão alto de ocupação dos leitos críticos de UTI***, as medidas acima descritas deveriam ser implementadas fortemente – de forma sistemática e consistente – dado o risco de gerarmos novas variantes (Coes/UnB, 2021, 07 Julho, pp. 3-4). [destaques acrescentados]

Figura 14

Metacontingências do Cenário Epidemiológico 4: Queda do Número de Óbitos



Nota.

CCEs: Contingências Comportamentais Entrelaçadas

PAs: Produto Agregados

Eventos Seleccionadores, Consequências Culturais (CCs)

Metacontingência: [(CCEs→PAs)→CC]

Culturante: (CCEs→PAs)

Discussão

A análise de relações verbais é fundamental no estudo de práticas culturais, como na pandemia de Covid-19 com graves repercussões em ambos os níveis nacional e internacional. Os destaques analisados em publicações no perfil do Facebook do governador do DF, assim como em decretos promulgados evidenciam lacunas que podem ser atendidas em futura gestão de crise sanitária ou desastres de origem natural. A pandemia mostrou a necessidade de equipes multidisciplinares atenderem de forma regular canais de comunicação que incluem plataformas de redes sociais. E, uma abordagem científica do comportamento humano contribui nos Planos de Contingência que são imediatamente formulados e orientam a gestão de estratégias com objetivos formulados de acordo com os cenários continuamente avaliados, aperfeiçoando métricas que minimizem vieses.

O comportamento verbal é um meio eficiente para que um indivíduo faça algo para outro indivíduo (Catania, 2021; Skinner, 1957/1978). E, na complexidade deste tema, a modelagem da forma como falamos sobre um evento pode produzir resultados efetivos no desempenho em uma tarefa (Catania, et al., 1982). O comportamento governado por regras pode ser denominado de *comportamento governado verbalmente* e essa *governança verbal* (com antecedentes verbais) pode ser classificada como uma classe de ordem superior (Catania, 2021).

Declarações verbais em forma de tatos podem constar em uma fatura de energia elétrica do cidadão de um estado, por exemplo, “o Estado tem se beneficiado com o menor gasto de energia por parte da população, a qual está recebendo descontos.” Esta intervenção social pode resultar em menor gasto de energia (Sanguinetti, 2012). A literatura de *nudges* enfatiza essas pequenas intervenções verbais que resultam em grandes mudanças econômicas, alcançando uma parcela expressiva da população. E, a abordagem selecionista do comportamento humano acrescenta a esses eventos antecedentes verbais, a programação de contingências ou metacontingências que podem contribuir para o alcance de efetivas mudanças com manutenção, em uma linha do tempo (Binder, 2022; Lorenzo, 2022; Rocha & Hunziker, 2020; Sandaker, 2009; Skinner, 1981; 1953/1970).

Os resultados obtidos no presente estudo mostram efeitos de variáveis presentes no meio cultural (*cultural milieu*), i.e., variáveis contextuais acessíveis a múltiplos indivíduos e que podem adquirir diferentes funções. O sucesso de uma intervenção pode ter efeito de variáveis moderadoras (que mudam a direção e/ou magnitude dos efeitos, Kazdin, 2017), por exemplo, a mediação de um artista que pode potencializar os efeitos das estratégias, imprimindo velocidade de salvamento e comunicação que alcance o maior número de pessoas, no mais curto tempo possível (Sánchez et al., 2019). A pandemia de Covid-19 contou com significativo progresso tecnológico (e.g., smartphones, plataformas de mídias sociais, canais

de televisão, rádio, jornais impressos, Web 3.0), com ampla difusão da arte (e.g., música, dança, artes plásticas, teatro via Web). Essas variáveis compõem o cultural milieu assim como as políticas públicas em vigor (e.g., leis, decretos e outras regulamentações); a economia (e.g., índices de inflação, disponibilidade de produtos de consumo); e o Plano nacional de coordenação da pandemia de Covid-19 (Ministério da Saúde), os quais influenciam os entrelaçamentos alvo de análise (CCEs) e seus produtos agregados críticos (PAs).

É necessário identificar os eventos que podem ter adquirido a função de consequentes na seleção de entrelaçamentos recorrentes de contingências e produção agregada resultante, tais como: pressões da área econômica (especialmente diante de medidas restritivas em decretos); variados tipos de apoio de representantes de instituições, indústria e segmentos comerciais; e a pressão diante de aumento expressivo do número de óbitos (especialmente nos picos de 2020 e 2021).

Uma declaração verbal (via perfil do governador no Facebook ou via decretos) pode adquirir diferentes funções, tendo formas semelhantes. Um tato que descreve comportamentos ou descreve um cenário epidemiológico (poderia ser um tato “distorcido” – uma pessoa poderia dizer: “a pandemia já chegou em seu segundo ano”, e poderia desejar dizer que “a pandemia já passou”). E ainda, os operantes verbais podem se mostrar “disfarçados”, com topografia de tato no relato: “Sonhei que ele havia sobrevivido”, quando poderia desejar perguntar: “Ele sobreviverá a essa crise pulmonar, estando na UTI?” (operante verbal mando). São as relações entre a ação verbal e as variáveis ambientais que proporcionarão a interpretação da função. O responder relacional arbitrariamente aplicável (RRAA) amplia as análises, possibilitando a identificação de redes de comunicação (*communication networks*) que podem se formar e retardar ou impedir o sucesso de uma intervenção. A identificação dessas redes de comunicação é útil para ajustes do programa de intervenção (Houmanfar, Rodrigues & Smith, 2009).

Na plataforma do Facebook, reações, curtidas, links com mensagem, fotografia, personagem podem acompanhar uma postagem e possibilitar a análise funcional descritiva das contingências comportamentais em vigor. As variáveis ambientais físicas e sociais contribuem para a função prioritária de um operante verbal no ambiente naturalístico fora do laboratório. Portanto, os elementos que compõem uma publicação podem ter funções antecedentes (estímulos discriminativos [SD] ou operações motivadoras [OM], que evocam ou suprimem respostas) e consequentes (consequências selecionadoras dessas repostas). A forma da resposta e a sua recorrência informará sobre seu fortalecimento (reforçamento) ou enfraquecimento (punição⁶), sendo ambos definidos pela função reforçadora ou punitiva dessas consequências (Mayer & Gongora, 2011; Skinner, 1953/1970).

As relações entre as declarações verbais do governador do DF foram analisadas em recortes em seu perfil do Facebook, e em decretos selecionados promulgados em 2020-2021. O comportamento verbal nessas duas bases de dados foi analisado relacionando-o a fontes de controle tais como as variáveis: (a) cenários epidemiológicos, (b) mobilidade urbana, e (c) índices econômicos.

O número de novos casos e de óbitos mostraram dois picos, com maior magnitude no segundo pico em 2021. Esta forte operação motivadora foi acompanhada de aumento nas interações com o público em forma de reações (Figuras 1, 2, 3). Feedbacks do perfil do governador para essas interações poderiam resultar, por exemplo, na modelagem de descrições verbais sobre: (a) as formas de proteção e (b) o cenário epidemiológico. Feedbacks da população em diferentes regiões administrativas do DF são importantes fontes de dados para

⁶ VIII *Simpósio de Controle Aversivo* ([SICA], 2022) promovido pela Universidade Federal do Pará e Pela Universidade de São Paulo, organizados pelos pesquisadores Marcus Bentes de Carvalho e Maria Helena Hünziker tem mostrado, em suas diferentes edições, avanços no estudo da punição, e a necessidade de investimentos de pesquisa na área. Não se trata de defesa da punição, mas de uma busca por maior completude nas discussões sobre essas contingências amplamente presentes no ambiente natural. Contingências punitivas podem ser exemplificadas pela correção de um conceito apresentado pelo aluno, pela professora, mostrando outra direção na formulação. Como resultado, a resposta punida (i.e., o conceito anteriormente formulado pelo aluno) não mais será emitida. Este é um caso que ilustra ausência de efeitos colaterais (e.g., tristeza, vergonha, raiva por parte do aluno que teve uma resposta punida). (Hünziker, 2018, 2020). A complexidade do conceito de punição, por meio da abordagem funcional mostra a necessidade de se transpor uma discussão binária entre reforço positivo e controle aversivo. *Punição não é sinônimo de castigo ou prisão*, mas uma operação seguida por processo comportamental de enfraquecimento da resposta punida. Não se trata de punir o indivíduo (Hünziker, 2018, 2020).

intervenções adaptadas a diferentes regiões. A modelagem (*shaping*) de descrições verbais poderia ter impacto sobre a frequência de notícias falsas ou imprecisas. Entretanto, em 2020 houve relação inversa entre o aumento da curva representando o número de óbitos, a aceleração negativa da curva das postagens no Facebook. A manutenção dessas interações não foi observada em um período de cinco meses entre setembro de 2020 e janeiro de 2021 (Figura 3).

É possível interpretar que o gestor público perdeu a oportunidade de maior interação, utilizando técnicas comportamentais citadas acima, já no primeiro pico de óbitos da pandemia em 2020, quando registrou-se 26.328 interações de seus seguidores 7.043 em uma única publicação voltada para doação de álcool em gel para os hospitais. Um expressivo número de interações também ocorreu com a chegada das vacinas e das novas variantes. Esta interpretação parte do pressuposto da necessidade de investimentos na área de **comunicação de risco**, formada por equipes interdisciplinares que envolvam analistas do comportamento.

Das medidas protetivas não farmacológicas destacou-se o uso de máscara. A técnica de modelação (*modeling*) é potente, por exemplo, ao ter postagens com fotografias, vídeos, pessoas mostrando o uso de máscara para os seguidores (comportamento não verbal como por exemplo, pessoas executando medidas protetivas como o distanciamento social, evitando aglomerações). Em 2020, houve 301 publicações, das quais 28 postagens mostraram pessoas ou representações, que resultaram em inconsistência com as recomendações científicas. Em 2021, no segundo pico de gravidade do cenário epidemiológico, houve 74 postagens, sendo que em 46 havia o uso de máscaras mostrando consistência entre o comportamento verbal, seguindo orientações de prevenção e controle. Em relação aos decretos estes não seguiram uma relação consistente com as recomendações de especialistas, em notas técnicas no transcorrer da pandemia. A alta restrição de mobilidade foi uma característica dos decretos iniciais e esse padrão não foi acompanhado por aumento expressivo do uso de máscaras nas postagens no Facebook. Assim, a pontuação dos decretos (0-4) mostrou uma curva decrescente em 2020

(mostrando flexibilidade nas medidas de circulação urbana), com aumento localizado em 2021 (mostrando restrição da circulação urbana), próximo ao aumento de novos casos e de óbitos.

Os efeitos esperados da governança verbal por meio dos decretos dependem de variáveis que incluem suporte aos grupos vulneráveis, consistência com as contingências em vigor (e suas descrições por agentes públicos, ao se referirem aos cenários epidemiológicos), modelos oferecidos pelos agentes públicos (mostrando adesão às medidas, regras impostas), e contingências de reforçamento social (e.g., mostrando à população clara descrição da evolução da pandemia, sem conflitos de descrições, e, reconhecendo publicamente os esforços de setores, regiões, as estratégias adotadas, a criatividade implementada, compartilhando exemplos de adesão e sucesso na intervenção proposta ou em mudanças comportamentais prescritas por políticas públicas, neste caso pelos Decretos de governo do Distrito Federal). Em uma política pública de comunicação de risco, gestores de poderes públicos ao interagirem com o público podem reconhecer exemplos de inovação e adesão em regiões e setores (e.g., educação, saúde, indústria e comércio).

Esses feedbacks foram observados apenas no segundo pico do número de novos casos e número de óbitos, após transcorrido um ano da pandemia de Covid-19 no Brasil. Neste momento, o perfil do Facebook do governador mostrou declarações verbais com função reforçadora positiva para a adoção de medidas restritivas e vacinação, por parte da população. As equipes de saúde também receberam destaque. Esse padrão poderia ter sido um padrão recorrente no transcorrer de 2020 e 2021. Tatos, mandos, autoclíticos de alto impacto poderiam envolver a descrição do comportamento de adesão a normas técnicas científicas divulgadas, por exemplo, por universidades, Fiocruz e OMS. E, essas postagens poderiam contar com a apresentação de exemplos de comportamentos do governador, assim como da população, em diferentes regiões. Ilustrações, no perfil do Facebook do governador, com operantes intraverbais enriqueceriam arquivos brasileiros, mostrando a compreensão, por parte de seus

seguidores, de termos conceituais, dados epidemiológicos, dados econômicos. Esses investimentos não são de alto custo e têm alto impacto sobre os eleitores de um representante político, o que pode ser estendido a população local. Podem minimizar a difusão de notícias falsas, comuns na história das pandemias.

A pandemia afetou a economia do DF com aumento de inflação no ano e motivou a flexibilização das medidas de restrição (Codeplan, 2020c). A atenuação das medidas de isolamento social, o avanço da campanha de vacinação e a retomada do auxílio emergencial tiveram impactos positivos sobre a economia (Codeplan, 2021d). Os dados obtidos do IBGE, sobre o IPCA e o INPC, e os dados da Codeplan, apontam que, com exceção dos primeiros meses da pandemia, a economia do DF manteve-se estável com crescimento em diversos setores. No entanto, o aumento da inflação e a estabilidade da renda dos trabalhadores, durante o período analisado, causaram impactos econômicos significativos na população, especialmente de baixa renda, resultando em diminuição do poder de compra. A OM, índices econômicos, foi determinante para a tendência observada nos decretos – a gradual abertura no transcorrer de 2020, por exemplo. E, vale ressaltar que o avanço da campanha vacinal e a retomada do auxílio emergencial tiveram impacto sobre a economia.

Portanto, padrões de comportamento que fossem relativamente constantes ao longo de 2020 e 2021 – com o incentivo continuado na campanha de vacinação e o auxílio emergencial são variáveis de controle que agentes públicos devem atender de forma constante em um processo de comunicação de risco (e.g., Camargo & Calixto, 2020; Couto et al., 2020; Oliveira et al., 2023; Taylor, 2019; Tibério et al., 2020). É possível concluir que o governador do DF, inicialmente, adotou medidas preventivas em decretos com fechamento da mobilidade das pessoas. E, em geral, passou a flexibilizar as medidas restritivas, o que não acompanhou os índices epidemiológicos que indicaram gravidade no DF (e.g., número de óbitos, e taxas de ocupação de UTIs com pacientes com Covid-19). Os dados mostram que a comunicação de

risco poderia ser implementada com maior consistência e frequência de publicações e interações com o público de forma a esclarecer conceitos e a minimizar notícias falsas sobre vacinação.

Equipes multidisciplinares podem auxiliar agentes públicos de forma a mapear a história da comunicação de risco feita e aperfeiçoar, a partir de demandas da população. Grupos vulneráveis poderiam também receber foco nas postagens, com evidências do processo de suporte do Estado. A comunicação de risco pode imprimir celeridade na preparação das escolas para reinício de suas atividades, uma área prioritária que poderia ter recebido maior atenção e velocidade na implementação de novas tecnologias ou outros recursos para o funcionamento de forma online ou em atendimento híbrido (Santos et al. 2023).

Interações verbais entre agentes públicos e a população podem construir valores como aqueles voltados para o cuidado da saúde, a importância de objetivos ecológicos, ambientais, de justiça social e não violência. A programação de campanhas pode aumentar a probabilidade futura de emissão dessas classes de respostas entre indivíduos de diferentes idades, de uma comunidade ou nação. Contingências de reforçamento natural podem envolver atenção e reconhecimento dos gestores públicos para os profissionais e usuários dos sistemas educacionais, de saúde, políticos, religiosos e midiáticos (Baum, 2005/2006; Skinner, 1971/1983; Tsai et al., 2011). Normas sociais e a ética são construídas em contextos sociais e históricos (Lopes, Laurenti & Abib, 2018). “(...) valores no sentido mais amplo são declarações verbais que especificam reforçadores e as atividades que os produzem (Baum, 2005; Skinner, 1971)” (Tsai et al., 2011, p. 250).

Nas interações verbais de um agente público, a linguagem técnica será adaptada na interação com a população, em frequentes e periódicas comunicações de forma a explicar as dinâmicas mudanças em cenários epidemiológicos em pandemias (Taylor, 2019). A percepção de risco por parte da população pode ser minimizada de forma que os indivíduos não adotem

medidas de proteção ou a percepção de risco pode ser maximizada, resultando em desconfiança dirigida aos líderes sanitários ou políticos (Gimenes & Vasconcelos, 1997, 1999; Vasconcelos, 1992, 1995, 2023). Assim, interações com movimentos organizados e representantes civis possibilitam comunicação efetiva com diálogos que utilizem exemplos de enfrentamento da comunidade, comentários, dúvidas e sugestões, auxiliando as equipes interdisciplinares no processo de fortalecimento de padrões de comportamento de proteção, buscando minimizar a contaminação e o aumento dos índices de ocupação de UTI e óbito.

A classe de resposta de ordem superior, o operante generalizado, o responder relacional arbitrariamente aplicável contribui para a transmissão e fortalecimento de valores ou de ações de seguimento consistentes com campanhas e feedbacks de líderes das áreas sanitárias e de redução de riscos de desastres. Modelos e instruções de agentes públicos em diferentes canais midiáticos podem promover adesão ou, ao contrário, podem promover maior variabilidade por parte da população. Uma declaração que associe a vacina a riscos ou a eficiência não comprovada contribui para formulação de derivações verbais com efeitos adversos sobre a adesão aos protocolos de vacinação (e.g., vacina não é efetiva, vacina envolve riscos, vacina adoce, vacina é dispensável, vacina é teste de risco, vacina é defesa de políticos contrários ao governo). A comunicação de risco é uma área de estudo e de planejamento imprescindível em pandemias para minimizar a velocidade de transmissão de uma doença ou a intensificação da gravidade de um cenário epidemiológico, especialmente em momentos que antecedem a descoberta de vacinas (Taylor, 2019).

A análise das declarações, exemplos disponibilizados à população, os dados apresentados de forma recorrente e ilustrados evitam situações de pânico e são fundamentais para construções de significados por parte da grande audiência. O significado é explicado em termos funcionais, isto é, a partir de condições que compõem aquela apresentação midiática, consistente com as contingências naturais a que a população está exposta. O significado não é

estabelecido *a priori*, mas da relação entre aquelas palavras e o contexto daquela produção midiática, por exemplo. O cenário epidemiológico, em geral, dinâmico em uma crise sanitária ou em uma situação de desastre de origem natural, índices seguros e científicos selecionados de medidas comparadas periodicamente, diálogo com bairros, comunidades, setores econômicos e educacionais fortalecem o processo, conferindo credibilidade, consistência e transparência. A reputação daqueles líderes, a forma como os dados são relacionados a diferentes contextos da cidade, país e cenários epidemiológicos têm impactos sobre a adesão por parte da população de medidas de proteção.

O uso de máscaras, higienização das mãos e o distanciamento social foram orientações fundamentais como medidas não farmacológicas na pandemia, especialmente antes da descoberta das vacinas. A análise do cumprimento ou não cumprimento de tais regras envolve múltiplos fatores a serem cuidadosamente analisados de forma a potencializar os efeitos de seguimento de regras. Entre essas variáveis que fortalecem ou enfraquecem o seguimento de regras estão:

(a) a complexidade das regras (e.g., simples ou complexa com mais alto número de componentes; termos de difícil ou fácil compreensão pela população; uso de imagens e ilustrações para demonstrar processos e etapas); (b) a recorrência das autoridades ao apresentarem, semanalmente, orientações de forma criativa (e.g., com variações em argumentos, explicações, exemplos); (c) a transparência e confiabilidade da fonte de dados utilizados e apresentados à população; (d) a consistência entre os termos das orientações e os dados obtidos no dia a dia de uma cidade, estado ou país; (e) a consistência entre as orientações oferecidas por diferentes lideranças no país, (f) o nível de confiança da população nas lideranças que estão coordenando a pandemia; (g) a história de aprendizagem de seguimento de regras; (h) as consequências imediatas ou em médio e longo prazo para a saúde; (i) a aprovação ou desaprovação social para o seguimento das orientações; (j) o interesse, busca e análise por parte das lideranças sanitárias e políticas de feedbacks da população (e.g., nível de concordância, de dúvidas, de demandas), o que tem impacto direto sobre o responder relacional derivado favorável ou desfavorável quanto às orientações anunciadas, como neste estudo, em decretos ou em mídia social (Albuquerque et al., 2021, Couto et al., 2020; Hayes et al., 2001; Homanfar et al., 2009; Homanfar, Rodrigues & Smith, 2009; Melo, 2013; Matsuo et al., 2014; Sampaio et al., 2014; Smith, Homanfar & Denny, 2012; Spencer et al., 2022).

No entanto, a promulgação de normas jurídicas e pronunciamentos públicos nos diferentes cenários epidemiológicos, por partes dos diferentes atores políticos, mostraram inconsistências entre o governo federal e governos estaduais quanto à necessidade de

cumprimento dessas regras. Essas relações contribuíram para a variabilidade comportamental, em cenários epidemiológicos de alta gravidade (Ferreira et al., 2021). O desgaste político de representantes do Ministério da Saúde, a não transparência de dados públicos de acompanhamento dos índices da pandemia de Covid-19 constituíram variáveis prejudiciais na coordenação da pandemia de Covid-19 no país. As Universidades, institutos de pesquisa, grandes laboratórios nacionais e o consórcio de mídias foram fundamentais para produção de dados confiáveis, no seguimento dos diferentes cenários epidemiológicos. Portanto, a comunicação de risco foi altamente enfraquecida no transcorrer dos anos de 2020 e 2021, contribuindo para o envolvimento da população em situações de risco.

Na história das pandemias em todos os tempos, a comunicação sempre esteve entre uma das ações de mais alto impacto para a condução de situações de emergência sanitária (Taylor, 2019). E nesses episódios da história humana os cientistas e profissionais, de múltiplos setores, se unem para trabalhar de forma conjunta, conduzindo as cidades e as regiões rurais com seus múltiplos sistemas de abastecimento. Nesses momentos de urgência e complexidade, duas grandes frentes se unem – a gestão de emergência sanitária e a gestão da redução de riscos de desastres (Sidnei Furtado, diretor da Defesa Civil de Campinas, consultor ONU *Campanha Cidades Resilientes no Brasil*, Furtado, 2020). Nosso país já prevê o desenvolvimento de uma cultura de prevenção de desastres pela Lei nº 12.608/12, que define a *Política Nacional de Proteção e Defesa Civil* (ver Kill, 2016 com análises das relações comportamentais). Em todos esses planejamentos, há marcos internacionais com diretrizes voltadas para Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (UNESCO, 2017) e para o *Marco de Sendai de Redução de Riscos de Desastres 2015-2030* (UM, 2015; UNDDR, 2020; UNISDR, 2017) (Boletim N. 2, Coes/UnB, 2021, pp. 4-5).

Em uma síntese final de práticas culturais da pandemia de Covid-19, os diferentes cenários epidemiológicos tiveram produções agregadas fundamentais na gestão da pandemia, e que dependeram de CCEs envolvendo lideranças sanitárias e políticas (Coes/UnB, 2021, 07 Julho): (PA₁) diminuição dos índices de óbitos ($R(t)$); (PA₂) diminuição de novos casos; (PA₃) investimentos e valorização da ciência e tecnologia em busca de tratamentos e vacinas; (PA₄) adesão da população a medidas não farmacológicas para diminuição das taxas de transmissão da doença (uso de máscaras, higienização das mãos, distanciamento social, evitando aglomerações); (PA₅) suporte social para a população mais frágil socioeconomicamente; (PA₆) estrutura de rastreamento e monitoramento de casos com oferta de testagem por RT-PCR, e

subsequente, sequenciamento genético; e com a descoberta de vacinas o (PA₇) aumento de pessoas vacinadas, seguindo os protocolos de vacinação com as doses prescritas.

A utilização do conceito de metacontingência tem contribuído e dá saliência às variáveis relevantes na seleção e manutenção de fenômenos culturais (e.g., Amorim, 2022; Borba, 2021; Braga, 2018; Cihon & Mattaini, 2020; Fava & Vasconcelos, 2017; Hayashi et al., 2019; Malott & Glenn, 2019; Todorov & Freitas-Lemos, 2020; Todorov, 2005; Todorov et al., 2004a, 2004b; Vasconcelos et al., 2018). Esta pesquisa poderá contribuir para o aumento da compreensão de fenômenos sociais em emergências em saúde pública, de forma a aumentar a efetividade e auxiliar no desenvolvimento de medidas de proteção e prevenção em atuação interdisciplinar (e.g., políticos, administradores, geógrafos, médicos, psicólogos, antropólogos, matemáticos, assistentes sociais, economistas, operadores da lei), contribuindo em processos de formulação, implementação e avaliação de políticas públicas no Brasil.

Referências

- Abernathy W. B. (2001). An analysis of twelve organizations' total performance system. In L. J. Hayes, J. Austin, R. Houmanfar, & Clayton, M. C. (Eds.), *Organizational Change* (pp. 239-272). Context Press.
- Agopyan, V., & Arbix, G. (2022). A Universidade como fonte confiável para a formulação e aperfeiçoamento de políticas públicas. *Estudos Avançados*, 36(104), 285-298. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2022.36104.013>
- Albuquerque, A. R., & Freitas-Lemos, R. (2022). Análise de contingências em leis e documentos: contribuições de João Claudio Todorov. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 18(1), 30-42. <https://doi.org/10.18542/REBAC.v18i1.12694>
- Albuquerque, A. R., Houmanfar, R. A., Freitas-Lemos, R., & Vasconcelos, L. A. (2021). Behavior analysis of culture in Brazilian psychology graduate programs: A literature review. *Behavior and social Issues*, 30, 361-382. <https://doi.org/10.1007/s42822-021-00056-0>
- Albuquerque, L. C., Paracampo, C. C. P., Matsuo, G. L., & Mescouto, W. A. (2013). Variáveis combinadas, comportamento governado por regras e comportamento modelado por contingências. *Acta Comportamentalia*, 21(3), 285-304.
- Albuquerque, L. C., Silva, L. S., & Paracampo, C. C. P. (2014). Análise de variáveis que podem interferir no comportamento de seguir regras discrepantes. *Acta Comportamentalia*, 22(1), 51-71.
- Almeida, M. P. (2023). *A cooperação de adultos em esquemas de razão fixa: a contribuição conceitual e metodológica do reforçamento mútuo e da metacontingência* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília].
- Amorim, V. C. (2022). *Contribuições da ciência culturo-comportamental para a análise de redes de atendimento às mulheres em situação de violência* [Tese de doutorado,

Universidade Federal do Pará]

https://sigaa.ufpa.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=402

APIB (2020). *Nossa luta é pela vida: Covid-19 e Povos indígenas. O enfrentamento das violências durante a pandemia*. Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena. https://emergenciaindigena.apiboficial.org/files/2020/12/APIB_nossalutaepelavida_v7PT.pdf

Barreto, I. C. H. C., Costa Filho, R. V., Ramos, R. F., Oliveira, L. G., Martins, N. R. A. V., Cavalcante, F. V., Andrade, L. O. M., & Santos, L. M. P. (2021). Colapso na Saúde em Manaus: o fardo de não aderir às medidas não farmacológicas de redução da transmissão da COVID-19. *Saúde Debata*, 45(131), 1126-1139. <https://doi.org/10.1590/0103-1104202113114I>

Barros, R. S. (2003). Uma introdução ao comportamento verbal. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 5(1), 73-82.

Bavel, J. J. V., Baicker, K., Boggio, P. S., Capraro, V., Cichocka, A., Cikara, M., Crockett, M. J., Crum, A. J., Douglas, K. M., Druckman, J. N., Drury, J., Dube, O., Ellemers, N., Finkel, E. J., Fowler, J. H., Gelfand, M., Han, S., Haslam, S. A., Jetten, J., Kitayama, S., ... Willer, R. (2020). Using social and behavioural science to support COVID-19 pandemic response. *Nature Human Behaviour*, 4(5), 460–471. <https://doi.org/10.1038/s41562-020-0884-z>

Binder, C. (2022). From fluency-based instruction to accomplishment-based performance improvement. In R. A. Houmanfar, M. Fryling & M. P. Alavosius (Eds.), *Applied behavior science in organizations. Consilience of historical and emerging trends in organizational behavior management* (pp. 81-97). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003198949-4>

Borba, A. (2019). The selection of different interlocked behavioral contingencies and maintenance of Common Pool Resources: The case of the production of Açaí berries in the

- Brazilian Amazon. *Behavior and Social Issues*, 28, 229-247.
<https://doi.org/10.1007/s42822-019-00016-9>
- Braga, M. P. N. C. (2018). O comportamento do punidor de crianças em metacontingências no jogo de punição altruísta [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília].
<https://repositorio.unb.br/handle/10482/35063>
- Camargo, J., & Calixto, F. (2020). Combatendo a tragédia dos comuns: como estratégias de autocontrole e cooperação social podem contribuir para o enfrentamento da pandemia de Covid-19. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 16(1), 71-83.
<https://doi.org/10.18542/rebac.v16i1.9099>
- Carvalho, I. C. V. (2013). Contingências e metacontingências na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília].
<https://repositorio.unb.br/handle/10482/15442>
- Carvalho, I. C. V., & Todorov, J. C. (2016). Metacontingências e produtos agregados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Primeiro o objetivo, depois como chegar lá. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 12(2), 75–85. <https://doi.org/10.18542/rebac.v12i2.4400>
- Castilho, D. R., & Lemos, E. L. S. (2021). Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. *Revista Katálysis*, 24(2), 269-279.
<https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e75361>
- Catania, C. (2021, 1 Setembro). *How to change what people do by shaping what they say* [Conferência]. XXX Encontro Anual da Associação Brasileira de Ciências do Comportamento.
- Catania, A. C., Matthews, B. A., & Shimoff, E. (1982). Instructed versus shaped human verbal behavior: Interactions with nonverbal responding. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 38(3), 233–248. <https://doi.org/10.1901/jeab.1982.38-233>

Cihon, T. M., & Mattaini, M. A. (Eds.). (2020). *Behavior science perspectives on culture and community*. Springer. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-45421-0>

Codeplan (2020a) Boletim de Conjuntura Distrito Federal Número 12 – 1º trimestre de 2020
https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Boletim_de-Conjuntura_do_DF_1%C2%BA_Trimestre-2020.pdf

Codeplan (2020b) Boletim de Conjuntura Distrito Federal Número 13 – 2º trimestre de 2020
https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Boletim_de-Conjuntura_do_DF_2%C2%BA_Trimestre-2020.pdf

Codeplan (2020c) Boletim de Conjuntura Distrito Federal Número 14 – 3º trimestre de 2020
https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Boletim_de_Conjuntura_do_DF_3o_Trimestre-2020.pdf

Codeplan (2021a) Boletim de Conjuntura Distrito Federal Número 15 – 4º trimestre de 2020
https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/Boletim_de_Conjuntura_do_DF_4o_Trimestre-2020_VF.pdf

Codeplan (2021b) Boletim de Conjuntura Distrito Federal Número 16 – 1º trimestre de 2021
https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Boletim_de_Conjuntura_do_DF_1o_Trimestre-2021.pdf

Codeplan (2021c) Boletim de Conjuntura Distrito Federal Número 17 – 2º trimestre de 2021
https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Boletim_de_Conjuntura_do_DF_2o_Trimestre-2021.pdf

Codeplan (2021d) Boletim de Conjuntura Distrito Federal Número 18 – 3º trimestre de 2021
https://www.ipe.df.gov.br/wpcontent/uploads/2018/02/Boletim_de_Conjuntura_do_DF_3o_Trimestre-2021.pdf

- Coes/UnB (2021, 29 Março). *2º Boletim 2021 – Comitê Gestor do Plano de Contingência da Covid-19 (Coes) da Universidade de Brasília*. <https://noticias.unb.br/112-extensao-e-comunidade/4861-boletim-coes-traca-panorama-da-pandemia-e-da-vacinacao-no-brasil>
- Coes/UnB (2021, 07 Julho). *Nota Técnica 12 – Comitê Gestor do Plano de Contingência da Covid-19 (Coes) da Universidade de Brasília*. <http://repositoriocovid19.unb.br/comite-gestor-do-plano-de-contingencia-da-covid-19/>
- Coes/UnB (2021, 06 Outubro). *Nota Técnica 25 – Comitê Gestor do Plano de Contingência da Covid-19 (Coes) da Universidade de Brasília*. <http://repositoriocovid19.unb.br/comite-gestor-do-plano-de-contingencia-da-covid-19/>
- Coes/UnB (2021, 03 Novembro). *Nota Técnica 29 – Comitê Gestor do Plano de Contingência da Covid-19 (Coes) da Universidade de Brasília*. <http://repositoriocovid19.unb.br/comite-gestor-do-plano-de-contingencia-da-covid-19/>
- Coes/UnB (2021, 24 Novembro). *Nota Técnica 32 – Comitê Gestor do Plano de Contingência da Covid-19 (Coes) da Universidade de Brasília*. <http://repositoriocovid19.unb.br/comite-gestor-do-plano-de-contingencia-da-covid-19/>
- Coes/UnB (2021, 08 Dezembro). *Nota Técnica 34 – Comitê Gestor do Plano de Contingência da Covid-19 (Coes) da Universidade de Brasília*. <http://repositoriocovid19.unb.br/comite-gestor-do-plano-de-contingencia-da-covid-19/>
- Couto, K. C., Moura Lorenzo, F., Tagliabue, M., Henriques, M. B., & Freitas Lemos, R. (2020). Underlying Principles of a Covid-19 Behavioral Vaccine for a Sustainable Cultural Change. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17(23), 9066. <https://doi.org/10.3390/ijerph17239066>
- Cruz, C. (2020, 17 Julho). GDF libera atividades não essenciais em Ceilândia, Sol Nascente e Pôr do Sol a partir de 20 de julho. *Portal G1 DF* <https://g1.globo.com/df/distrito->

federal/noticia/2020/07/17/decreto-libera-atividades-nao-essenciais-na-ceilandia-sol-nascente-e-por-do-sol-veja-regras.ghtml

Dal Ben, R., Camargo, J., Melo, C., & Figueiras, G. (2017). Análise do comportamento e sustentabilidade: revisão dos artigos publicados no Behavior and Social Issues de 2005 a 2016. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 12(2). <https://doi.org/10.18542/rebac.v12i2.4401>

Dalcomo, M. (2021). *Um tempo para não esquecer: A visão da ciência no enfrentamento da pandemia do coronavírus e o futuro da saúde*. Bazar do tempo.

de Rose, J. C. C. (2021, 20 Março). Relações derivadas: Implicações para cognição e cultura [Seção de Conferência]. I Jornada de Análise do Comportamento da Universidade de Brasília.

de Rose, J. C. C. (2022, 22 Setembro). *Como a pesquisa sobre comportamento simbólico pode contribuir para uma análise comportamental da cultura*. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino, GT ANPEPP.

Ellis, N. (2018). 13 anos atrás, Google comprava uma pequena empresa chamada Android Inc. *Meio Bit*. <https://tecnoblog.net/meiobit/389558/13-anos-atras-google-comprava-uma-pequena-empresa-chamada-android-inc/>

Fava, V. M. D. (2014). *Comportamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família: uma perspectiva analítico-comportamental do cumprimento das condicionalidades de educação e de saúde* [Tese de doutorado, Universidade de Brasília]. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/17831>

Fava, V. M. D., & Vasconcelos, L. A. (2017). Behavior of Programa Bolsa Família beneficiaries: A behavior analytic perspective on fulfillment of education and health conditionalities. *Behavior and Social Issues*, 26, 156-171. <https://doi.org/10.5210/bsi.v26i0.7825>

- Ferreira, A. B., Rosa, A. V., Farias, A. S., Valentim, G. D. S., & Herzog, L. B. (2021). Direitos na pandemia mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à covid-19 no Brasil, *Boletim Direitos na Pandemia n. 10*. Cepedisa e Conectas Direitos Humanos. <https://www.conectas.org/publicacao/boletim-direitos-na-pandemia-no-10/>
- Fiocruz (2021, 16 Março). *Boletim observatório Covid-19*. https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim_extraordinario_2021-marco-16-red-red-red.pdf
- Fiocruz (2022, 10 Fevereiro). *Nota Técnica: Leitos de UTI para Covid-19*. https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos_2/nota_tecnica_observatorio_covid19_2022-02-10-red_1.pdf
- Fiocruz (2022, 11 Fevereiro). Nota Técnica da Fiocruz define cuidados para o retorno seguro às escolas. <https://portal.fiocruz.br/noticia/nota-tecnica-da-fiocruz-define-cuidados-para-o-retorno-seguro-escolas>
- Fonseca, F. N., & Vasconcelos, L. A., (2013). Práticas culturais em campanhas políticas online - uma análise da campanha presidencial brasileira de 2010 via twitter. *Acta Comportamentalia*, 21(3), 273-283
- Fonseca, S. A., Costa, D. C., & Sampaio, A. A. S. (2022). The experimental study of relations between culture and verbal behavior: a scoping review. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 13(2), 31-53.
- Freitas-Lemos, R., Favacho, C. R. N., Favilla, K. C., & Baia, F. H. (2019). Managing environmental policies: Lessons from traditional communities. *Behavior and Social Issues*, 28, 269-297. <https://doi.org/10.1007/s42822-019-00022-x>
- Freitas-Lemos, R., & Todorov, J. C. (2020). Promoting intersectoral action to address chronic poverty and social exclusion. *Behavior and Social Issues*, 29, 35-51. <https://doi.org/10.1007/s42822-020-00029-9>

- Furtado, S. (2020). De cidades resilientes a Planos de Contingência em situações de desastre: destaques para o Brasil. Webinar Prática, Pesquisa e Políticas Públicas na Redução de Riscos de Desastres: Lições para o Enfrentamento da Covid-19. *Associação Brasileira de Pesquisa em Prevenção e Promoção de Saúde* <https://www.facebook.com/Brapep/videos/181027919577338/>
- Geller, E. S. (2001). A total safety culture: From a corporate achievement to a global vision. *Behavior and Social Issues*, 11(1), 18-19.
- Gimenes, L. S., & Vasconcelos, L. A. (1997). Los desastres radiactivos y sus efectos a largo plazo: El caso céσιο-137. *Revista Semestral de La Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres em América Latina*, 5(8), 55-62.
- Gimenes, L. S., & Vasconcelos, L. A. (1999). Efeitos da radiação ionizante sobre comportamentos mantidos por contingências operantes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 15(3), 219-225. <https://doi.org/10.1590/S0102-37721999000300005>
- Glenn S. S. (2004) Individual behavior, culture, and social change. *Behavior Analyst* 27(2), 133-51. <https://doi.org/10.1007/BF03393175>.
- Glenn, S. S., Malott, M. E., Andery, M. A. P. A., Benvenuti, M., Housmanfar, R. A., Sandaker, I., Todorov, J. C., Tourinho, E. Z., & Vasconcelos, L. A. (2016). Toward consistent terminology in a behaviorist approach to cultural analysis. *Behavior and Social Issues*, 25, 11-27. <https://doi.org/10.5210/bsi.v25i0.6634>
- Google LLC (2022). *Google COVID-19 Community Mobility Reports*. <https://www.google.com/covid19/mobility/>
- Guazi, T. S., Verdu, A. C. M. A., & Cortez, M. de C. D. (2021). A correspondência não-verbal e verbal na ciência: uma discussão sobre integridade na pesquisa. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 22(1). <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v22i1.1440>

- Hallal P. C. (2021). SOS Brazil: science under attack. *Lancet*, 397(10272) 373-374.
[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(21\)00141-0](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(21)00141-0)
- Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D., & Roche, B. (Eds.). (2001). *Relational frame theory: A post-Skinnerian account of human language and cognition*. Kluwer Academic/Plenum Publishers.
- Hayashi, C. M., Woelz, T. A. R., & Melo, C. M. (2019). Solid waste management: Planning and implementation of a cultural design. *Behavior and Social Issues*, 28, 316-337
<https://doi.org/10.1007/s42822-019-00019-6>
- Hsiang, S., Allen, D., Annan-Phan, S., Bell, K., Bolliger, I., Chong, T., Druckenmiller, H., Huang, L. Y., Hultgren, A., Krasovich, E., Lau, P., Lee, J., Rolf, E., Tseng, J., & Wu, T. (2020). The effect of large-scale anti-contagion policies on the COVID-19 pandemic. *Nature*, 584(7820), 262–267. <https://doi.org/10.1038/s41586-020-2404-8>
- Hora, K. L., & Sampaio, A. A. S. (2019). Units of analysis for corruption experiments: Operant, culturobehavioral lineage, culturant, and macrobehavior. *Perspectives on Behavior Science*, 42(4), 751-771. <https://doi.org/10.1007/s40614-019-00225-y>
- Houmanfar, R., Rodrigues, N. J., & Smith, G. S. (2009). Role of communication networks in behavioral systems analysis. *Journal of Organizational Behavior Management*, 29(3-4), 257-275. <https://doi.org/10.1080/01608060903092102>
- Hughes, S. (2020). A filosofia da ciência em sua aplicação à psicologia clínica. In S. C. Hayes & S. G. Hoffmann (Eds.), *Terapia cognitiva-comportamental baseada em processos. Ciência e competências clínicas* (S. M. M. Rosa & W. V. Melo, Trads., pp. 19-35). Artmed. (Trabalho original publicado em 2018)
- Hughes, H. M. F. B. R., Carneiro, R. A. V. D., Hillesheim, D., & Hallal, A. L. C. (2021). Evolução da COVID-19 em Santa Catarina: decretos estaduais e indicadores

- epidemiológicos até agosto de 2020. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 30(4), e2021521. <https://doi.org/10.1590/s1679-49742021000400025>
- Hünziker, M. H. (2018, 3 Agosto). *Controle aversivo: Um estudo de caso sobre dogmas em ciência* [Conferência]. 3a Escola de Inverno sobre cultura, linguagem e comportamento simbólico. Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia sobre Comportamento, Cognição e Ensino.
- Hünziker, M. H. (2020, 3 Setembro,). *O controle aversivo é necessário?* XXIX Encontro da Sociedade Brasileira de Ciências do Comportamento.
- IPCC-57 (2022). *The intergovernmental Panel on Climate Change*. WMP, UNEP, 2007 Peace Prize/The Nobel Foundation. <https://www.ipcc.ch>
- IPCC (2022, 3 Março). *Webinário FAPESP mudanças climáticas. Novo Relatório do IPCC WGII-AR6: Implicações para o Brasil e o planeta* [Vídeo]. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=pusHIS0wSEA>
- Júnior, R. R. T., & Souza, M. A. O. (2006). *Vocabulário de análise do comportamento*. UFMG e UFPA. <https://www.fafich.ufmg.br/~vocabularioac/vocabularioac.pdf>
- Kazdin A. E. (2017). Addressing the treatment gap: A key challenge for extending evidence-based psychosocial interventions. *Behaviour Research and Therapy*, 88, 7–18. <https://doi.org/10.1016/j.brat.2016.06.004>
- Kill, R. F. (2016). *Análise de metacontingências da Lei 12.608/12 que define a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil* [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília]. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/21538>
- Lopes, C. E. (2020). Could Walden Two be an anarchist society? *Behavior and Social Issues*. 29(1), 195-217. <https://doi.org/10.1007/s42822-020-00036-w>
- Lorenzo, F. (2022). *Design culturo-comportamental e educação equitativa: Estratégias para promoção de engajamento escolar* [Tese de doutorado, Universidade de Brasília].

https://www.cdc.unb.br/images/TesesDissertacoes/2_TESE_Flora_Moura_Lorenzo__com_correcao_no_ultimo_anexo_.pdf

- Maciel, E., Fernandez, M., Calife K., Garrett D., Domingues C., Kerr L., & Dalcolmo M. (2022). A campanha de vacinação contra o SARS-CoV-2 no Brasil e a invisibilidade das evidências científicas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27(3), 951-956
- Malott, M. E. (2003). *Paradox of organizational change. Engineering Organizations with Behavioral Systems Analysis*. Context Press.
- Malott, M. E. (2022). Paradox of organizational change: A selectionist approach to improving complex systems. In R. A. Houmanfar, M. Fryling, & M. P. Alavosius (Eds.), *Applied behavior science in organizations. Consilience of historical and emerging trends in organizational behavior management* (pp. 129-160). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003198949-6>
- Malott, M. E., & Glenn, S. S. (2019). Integrating institutional and culturo-behavioral analysis in the management of common pool resources: Application to an inland lake in Michigan. *Behavior and Social Issues*, 28(1), 248-268. <https://doi.org/10.1007/s42822-019-00014-x>
- Mandetta (2020). *Um paciente chamado Brasil: Os bastidores da luta contra o coronavírus*. Editora: Objetiva.
- Martins, A. L. D. A. (2009). *O Sistema Único de Saúde: Contingências e metacontingências nas Leis orgânicas da saúde* [Dissertação de Mestrado em Ciências do Comportamento, Universidade de Brasília]. https://repositorio.unb.br/handle/10482/7749?locale=pt_BRF
- Martins, J. C. T., & Leite, F. L. (2016). Metacontingencies and macrocontingencies: review of the Brazilian experimental research. *Acta Comportamental*, 24(4), 453-469.
- Martuscelli, P. N. (2020) How are refugees affected by Brazilian responses to COVID-19? *Revista de Administração Pública*, 54(5), 1446-1457

- Matos, M. A. (1991). *As categorias formais de comportamento verbal em Skinner*. Anais da XXI Reunião Anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto (pp. 333-341).
- Matos, M. A. (2001). Comportamento governado por regras. *Revista Brasileira De Terapia Comportamental e Cognitiva*, 3(2), 51–66. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v3i2.135>
- Matsuo, G. L. Albuquerque, L. C., & Paracampo C. C. P. (2014). Efeitos de justificativas relatadas em regras sobre o seguimento de regras. *Acta Comportamentalia*, 22(3), 273-293.
- Mayer, P. C. M., & Gongora, M. A. N. (2011). Duas formulações comportamentais de punição: Definição, explicação e algumas implicações. *Acta Comportamentalia*, 19, 47-63.
- Mazzoca, R. H., & Cortez, M. D. (2020). O papel de contingências de competição no autorrelato de crianças sobre seus desempenhos em um jogo computadorizado. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 21(4), 432–450. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v21i4.1404>
- McIlvane, W. J., Dube, W. V., Serna, R. W., Barros, R. S., & Galvão, O. F. (2011). Some current dimensions of translational behavior analysis: From laboratory research to intervention for persons with autism spectrum disorders. In E. A. Mayville & J. A. Mulick (Eds.), *Behavioral foundations of effective treatment* (pp. 155-181). Sloan Publishing.
- Melo, M. A. A. (2013). *O efeito do controle social sobre o seguimento de instruções* [Tese de mestrado, Universidade de Brasília]. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/13401>
- Oliveira, J. M. S., Sampaio, I. F., Mota, F. M. B., Marfil, C. L. O, & Vasconcelos, L. A. (2023). Pandemia de Covid-19 e relações verbais em redes sociais. *Cadernos de Psicologia*, 3(2), 1-23. <https://doi.org/10.9788/CP2023.2-09>
- Pereira. M. E. (2021). *Ibaneis decreta novo lockdown no DF a partir das 00h01 de domingo* (28). Jornal de Brasília. <https://jornaldebrasil.com.br/brasil/ibaneis-decreta-novo-lockdown-no-df-a-partir-das-00h01-de-domingo-28/>

- Polejack, L., Vasconcelos, L. A., Silva, W. C. M. P., Bohrer, R. D., Balbino, C., Brant, J., Caldas, J. S., Gomes, M. S. M., Costa, J. M., & Silva, M. D. (2020). *Plano de contingência em saúde mental e apoio psicossocial para enfrentamento do novo coronavírus para a Universidade de Brasília (UnB)*. Subcomitê de Saúde Mental e Apoio Psicossocial do Coes. http://dac.unb.br/images/DASU/PANDEMIA/Plano_de_Contigencia_Saude_Mental_UnB_v3.pdf
- Polejack, L., Leandro-França, C., Vasconcelos, L. A., Murta, S. G., Santos, J. E., Oden, M. M., Moura, D. O., Brasil, K. C. T. R., Bandeira, B. E. S., Pedroza, R. L. S., Turra, V., Macedo, K., Rodrigues, D. S., Gomes, D. O., Oliveira, F. M., Ramos, J. C. A., Santos, R. L., Marano, K. L. L., Novaes, R. E. ... Barros, S., F. (2021). A Universidade de Brasília promotora de saúde no contexto da pandemia de Covid-19. In S. G. Murta, Conceição, M. I. G., Leandro-França, C., Sá, R. F., Nobre-Sandoval, L. A., & Polejack, L. (Eds.), *Promoção da saúde e prevenção de agravos à saúde: Diálogos de norte a sul* (pp. 273-317). Redeunida.
- Prates, I., Lima M., Oliveira, W. M., Alves, E. L., Nogueira A., & Duarte, M. L., (2021, 27 Setembro). Nota Técnica No. 34, Desigualdades raciais e de gênero aumentam a mortalidade por Covid-19, mesmo dentro da mesma ocupação. *Rede de Políticas Públicas & Sociedade, Boletim 34*, 1-13 <https://redepesquisasolidaria.org/wp-content/uploads/2021/09/boletimpps-34-20set2021-1.pdf>
- Reis, C. B., Brant, J., & Lopes, M. (2020). *Plano de contingência da Universidade de Brasília (UnB) para enfrentamento da pandemia de Covid-19* (6ª versão). Comitê Gestor do Plano de Contingência da Covid-19 da UnB (Coes). <http://repositoriocovid19.unb.br/comite-gestor-do-plano-de-contingencia-da-covid-19/>
- Rocha, C. A. A. R., & Hunziker, M. H. L. (2020). A behavior-analytic view on nudges: Individual, technique, and ethics. *Behavior and Social Issues*, 29(1), 138-161. <https://doi.org/10.1007/s42822-020-00037-9>

- Sampaio A. A. S., Gonçalo, M. E. & Sobrinho, E.P. (2014). Uma revisão sistemática da literatura experimental sobre comportamento governado por regras entre 2006 e 2011. *Evolvere Scientia*, 3(1), 117-135.
- Sánchez, J. G. A., Houmanfar, R. A., & Alavosius, M. P. (2019). A descriptive analysis of the effects of weather disasters on community resilience. *Behavior and Social Issues*, 28, 298-315. <https://doi.org/10.1007/s42822-019-00015-w>
- Sandaker, I. (2009). A selectionist perspective on systemic and behavioral change in organizations. *Journal of Organizational Behavior Management*, 29(3-4), 276-293. <https://doi.org/10.1080/01608060903092128>
- Sanguinetti, A. (2012). The Design of Intentional Communities: A Recycled Perspective on Sustainable Neighborhoods. *Behavior and Social Issues*, 21, 5-25. <https://doi.org/10.5210/bsi.v21i0.3873>
- Santos, B. C., & Souza, C. B. (2018). Comportamento autoclítico: Características, classificações e implicações para a Análise Comportamental Aplicada. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 19(4), 88–101. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v19i4.1096>
- Santos, R. C., Campos, L. A. M., Cardoso, F. S., & Silva, J. A. (2023). A presença da escola ao longo da pandemia: uma revisão. *Cadernos de Psicologia*, 3(2), 1-23. <https://doi.org/10.9788/CP2023.2-10>
- Skinner, B. F. (1970). *Ciência e Comportamento Humano*. UnB/FUNBEC. (Trabalho original publicado em 1953)
- Skinner, B. F. (1978). *Comportamento Verbal* (M. P. Villalobos, Trad.). Cultrix e Editora da Universidade de São Paulo. (Trabalho original publicado em 1957)
- Skinner, B. F. (2007). Seleção por consequências. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 9(1), 129-137. (Trabalho original publicado em 1981)

- Smith, G. S., Houmanfar, R., & Denny, M. (2012). Impact of rule accuracy on productivity and rumor in an organizational analog. *Journal of Organizational Behavior Management*, 32, 3-25. <https://doi.org/10.1080/01608061.2012.646839>
- Soares, M. R. (2017). *Metacontingências na cidade de campinas, SP: Adesão à campanha da ONU de cidades resilientes* [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília]. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/24042>
- Spencer, S. D., King H. C., Martone L., Houlihan D. (2022). Countercontrol: A Relational Frame Theory (RFT) Account and Revival of a 70-Year-Old Skinnerian Term. *Perspectives on Behavior Science*, 45, 457-647. <https://doi.org/10.1007/s40614-022-00337-y>
- Taylor, S. (2019). *The psychology of pandemics: Preparing for the next global outbreak of infectious disease*. Cambridge Scholars Publishing.
- Tibério, S. F., Mizael, T. M., Luiz, F. B., Rocha, C. A. A., Araújo, S. A., Santos, A. M., Terhoch, G. B., Guarnieri, L. P., Fonseca Júnior, A. R., & Hunziker, M. H. L. (2020). A natureza comportamental da pandemia de covid-19. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 16(1), 57-70. <https://doi.org/10.18542/rebac.v16i1.9098>
- Todorov, J. C. (1987). A Constituição como metacontingência. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 7(1), 9–13. <https://doi.org/10.1590/S1414-98931987000100003>
- Todorov, J. C. (2005) Laws and the Complex Control of Behavior. *Behavior and Social Issues*, 14(2), 86–91. <https://doi.org/10.5210/bsi.v14i2.360>
- Todorov, J. C., & Freitas-Lemos, R. (2020). Applying behavioral Science to large-scale social changes. In T. M. Cihon & M. A. Mattaini (Eds.), *Behavior Science perspectives on culture and community* (pp. 171-193). https://doi.org/10.1007/978-3-030-45421-0_8
- Todorov, J. C., Moreira, M., Prudêncio, M. R. A., & Pereira, G. C. C. (2004a). O Estatuto da Criança e do Adolescente como metacontingência. Em M. Z. S. Brandão, F. C. S. Conte,

- F. S. Brandão, Y. K. Ingberman, V. L. M. Silva & S. M. Oliani (Eds.), *Sobre Comportamento e Cognição. Contingências e metacontingências, contextos sócio-verbais e o comportamento do terapeuta* (Vol. 13, pp. 44-51). Esetec.
- Todorov, J. C., Moreira, M., Prudêncio, M. R. A., & Pereira, G. C. C. (2004b). Um estudo de contingências e metacontingências no Estatuto da Criança e do Adolescente. Em J. C. Todorov, R. C. Martone & M. B. Moreira (Eds.), *Metacontingências: Comportamento, cultura e sociedade* (pp. 45-53). Esetec.
- Twyman J. S. (2010). TerraKids: An Interactive Web Site Where Kids Learn about Saving the Environment. *The Behavior Analyst*, 33(2), 193–196. <https://doi.org/10.1007/bf03392218>
- Vale, O. C., & Vasconcelos, L. A. (2019). Merchandising Social como uma Estratégia de Intervenção em Metacontingências: Análise de uma Obra de Ficção Televisiva sobre o Controle do Tráfico de Pessoas no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35, e35515. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e35515>
- Vasconcelos, L. A. (1992). Algumas características da readaptação de sobreviventes da bomba atômica em Hiroshima. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 8(1), 113-122.
- Vasconcelos, L. A. (1995). Considerações sobre eventos radioativos e seus efeitos psicossociais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 11(3), 243-248.
- Vasconcelos, I. G., & Todorov, J. C. (2015) Experimental Analysis of the Behavior of Persons in Groups: Selection of an Aggregate Product in a Metacontingency. *Behavior and Social Issues*, 24, 111–125. <https://doi.org/10.5210/bsi.v24i0.5424>
- Vasconcelos, L. A., Cunha, M. B., Braga, M. P. N. C., Carvalho, M. C. S., Silva, M. R. P., & Deus, J. S. (2018). Epidemia de vírus Zika no Brasil 2015: primeiras metacontingências de investigação no Norte-Nordeste. Em D. Zilio (Ed.), *Comportamento em Foco* (Vol. 8, pp. 108-131). Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental – ABPMC

- Vasconcelos, L., & Freitas-Lemos, R. (2018). Do sistema teórico de B. F. Skinner à metacontingência: observação, experimentação e interpretação. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, *14*(1), 79-90. <https://doi.org/10.18542/rebac.v14i1.7161>
- Vasconcelos, L. A. (2023). Análise aplicada do comportamento e a cultura: O contexto da Terapia Analítico-Comportamental Infantil. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, *14*(2), 3-26. <https://doi.org/10.18761/vecc131222>
- Xavier, D. R., Silva, E. L. E., Lara, F. A., Silva, G. R. R. E., Oliveira, M. F., Gurgel, H., & Barcellos, C. (2022). Involvement of political and socio-economic factors in the spatial and temporal dynamics of COVID-19 outcomes in Brazil: A population-based study. *Lancet Regional Health Americas*, *10*, 100221. <https://doi.org/10.1016/j.lana.2022.100221>
- Wang, C., Pan, R., Wan, X., Tan, Y., Xu, L., Ho, C. S., & Ho, R. C. (2020). Immediate Psychological Responses and Associated Factors during the Initial Stage of the 2019 Coronavirus Disease (COVID-19) Epidemic among the General Population in China. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, *17*(5), 1729. <https://doi.org/10.3390/ijerph17051729>
- West, R., Michie, S., Rubin, G. J., & Amlôt, R. (2020). Applying principles of behavior change to reduce SARS-CoV-2 transmission. *Nature Human Behaviour*, *4*, 451-459.
- World Health Organization (2021). *Coronavirus disease (COVID-19) advice for the public*. <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public>
- Zhou, D., Zhang, P., Bao, C., Zhang, Y., & Zhu, N. (2020). Emerging understanding of etiology and epidemiology of the novel coronavirus (Covid-19) infection in Wuhan, China. *Preprints*, 2020020283. <https://doi.org/10.20944/preprints202002.0283.v1>

Apêndice

Tabela A

Decretos Promulgados em 2020 pelo governador do Distrito Federal sobre a regulamentação de organizações, instituições, setores e segmentos comerciais

Decretos selecionados	Destaques	
1	40.475, de 28 de fevereiro	Declara situação de emergência no âmbito da saúde pública no Distrito Federal, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus
2	40.509, de 11 de março	Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, e dá outras providências. Suspendendo eventos de qualquer natureza, que exijam licença do Poder Público, com público superior a cem pessoas; atividades educacionais em todas as escolas, universidades e faculdades, das redes de ensino pública e privada
3	40.510, de 12 de março	Autoriza eventos abertos recomenda-se a distância mínima de um metro entre as pessoas. Os eventos esportivos no Distrito Federal somente poderão ocorrer com os portões fechados ao público, mediante autorização sanitária expedida pela Subsecretaria de Vigilância à Saúde do Distrito Federal e Termo de Compromisso assinado pelos organizadores
4	40.520, de 14 de março	Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus, ampliando as restrições
5	40.537, de 18 de março	Fica proibido o atendimento ao público em TODAS as agências bancárias no Distrito Federal pelo prazo de quinze dias, decorrente da pandemia do novo Coronavírus
6	40.529, de 18 de março	Ficam suspensos, no âmbito do Distrito Federal, pelo prazo de quinze dias zoológico, parques ecológicos, recreativos, urbanos, vivenciais e afins; boates e casas noturnas; atendimento ao público em shoppings centers, feiras populares e clubes recreativos.”
7	40.539, de 19 de março	Dispõe sobre o fechamento de cultos, missas e outras atividades religiosas
8	40.550, de 23 de março	Regulamenta o funcionamento de diferentes atividades
9	40.557, de 24 de março	Flexibiliza o funcionamento de postos de combustíveis
10	40.570, de 27 de março	Flexibiliza o funcionamento de lotéricas, correspondentes bancários, lojas de conveniência e minimercados em postos de combustível sendo vedado o consumo no local
11	40.583, de 1º de abril	Revoga-se o Decreto nº 40.550, de 23 de março de 2020 e unifica as medidas de enfrentamento da Covid-19 até o momento
12	40.587, de 02 de abril	Adiciona o “Empório Lago Oeste” a funcionar segundo as medidas de enfrentamento da Covid-19
13	40.602, de 07 de abril	Determina as medidas de enfrentamento a Covid-19 em todas as agências bancárias e cooperativas de crédito no Distrito Federal, públicas e privadas
14	40.612, de 09 de abril	Permite o funcionamento com medidas de proteção. setor moveleiro; setor eletroeletrônico; o Sistema S: Senai; SESI; SENAC; SESC; SEBRAE... Fonte: Agência Senado
15	40.622 de 14 de abril	Permite o funcionamento com medidas de proteção das óticas
16	40.642, de 22 de abril	Permite o funcionamento com medidas de proteção de escritórios e profissionais autônomos
17	40.648 de 23 de abril	Determina a obrigatoriedade do uso de máscaras, no âmbito do Distrito Federal, em razão da pandemia de COVID-19, causada pelo novo coronavírus
18	40.659, de 24 de abril	Flexibilização para a realização de cultos, missas e outras atividades religiosas
19	40.672, de 30 de abril	Altera o Decreto nº 40.648, de 23 de abril, alterando a data para o início obrigatório do uso de máscara para 11 de maio de 2020
20	40.674, de 02 de maio	Ampliação da suspensão em diferentes segmentos, no âmbito do Distrito Federal, até o dia 10 de maio de 2020
21	40.694, de 07 de maio	Ampliação da suspensão em diferentes segmentos, no âmbito do Distrito Federal, até o dia 18 de maio de 2020

22	40.774, de 14 de maio	Fica autorizado, a partir de 18 de maio de 2020, o retorno dos alunos que estejam nos últimos anos dos cursos de Medicina, Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia às atividades do Estágio Curricular Obrigatório – ECO (internato) exercidas nas Unidades de Saúde do Distrito Federal, para a atuação no combate da pandemia causada pelo novo coronavírus
23	40.778, de 16 de maio	A liberação do funcionamento às farmácias; aos supermercados, hortifrutigranjeiros, minimercados, mercearias, açougues, peixarias, padarias, lojas de panificados, comércio estabelecido de produtos naturais, bem como de suplementos e fórmulas alimentares; aos postos de combustíveis e suas lojas de conveniências; operações de entrega em domicílio, restringindo o horário para os demais segmentos das 11h às 19 h
24	40.817, de 22 de maio	Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus
25	40.823, de 24 de maio	Determina o horário de funcionamento do Comércio e indústria; Indústria e Serviços; Comércio varejista, exceto shoppings centers e centros comerciais
26	40.846, de 30 de maio	Liberação de cultos e missas e rituais de qualquer credo e religião seguindo as recomendações de proteção e prevenção
27	40.851, de 03 de Junho	Liberação de cinema <i>Drive-in</i>
28	40.872, de 06 de Junho	Aumento das restrições de mobilidade para a região Ceilândia, Sol Nascente e Estrutural
29	40.881, de 13 de Junho	Proibição o trânsito de veículos e pedestres na Esplanada dos Ministérios no dia 14 de junho de 2020
30	40.882, de 14 de Junho	Ampliação do horário de funcionamento de indústria e serviços e a determinação de que a fiscalização dar-se-á pelos órgãos oficiais de fiscalização do Governo do Distrito Federal e pelas associações legalmente constituídas que deverão comunicar às autoridades competentes em casos de irregularidades.”
31	40.884, de 16 de Junho	Proibição do trânsito de veículos e pedestres na Esplanada dos Ministérios, desde a rodoviária até a Praça dos Três Poderes, nos dias 16 e 17 de junho de 2020
32	40.894, de 17 de Junho	Liberação para o funcionamento do zoológico, parques ecológicos, recreativos, urbanos, vivenciais e afins; Museus
33	40.939, de 02 de julho	Flexibilização em atividades comerciais e industriais
34	40.961, de 08 de julho	Aumento das restrições de mobilidade para a região Ceilândia, Sol Nascente e Estrutural
35	40.989, de 13 de julho	Ampliação do funcionamento dos Shopping Centers e Centros Comerciais das 11 h às 21 h
36	40.982 de 13 de julho	Flexibilidade das medidas de prevenção e proteção e flexibilização na realização de cultos, missas e outras atividades religiosas
37	40.997, de 17 de julho	Acrescenta novos locais a lista de parques liberados para o uso da população
38	41.062, de 04 de agosto	Retomada do Campeonato de Futebol sem público
39	41.099, de 11 de agosto	Participação de pessoas com >70 anos sem comorbidades em cultos, missas e outras atividades religiosas
40	41.105 de 13 de agosto	Liberação de todas as igrejas, templos e locais religiosos
41	41.135 de 24 de agosto	Decreta a proibição de acesso aos estabelecimentos religiosos de pessoas com as comorbidades assinaladas no Plano de Contingência da Secretaria de Estado de Saúde
42	41.137 de 24 de agosto	Dispõe sobre a autorização para a realização de provas e eventos agropecuários no âmbito do Parque Granja do Torto - PGT, de modo virtual
43	41.170 de 02 de setembro	Autorização de atividades coletivas culturais dentro de seus automóveis e regulamentação das medidas de proteção a Covid-19 em academias e locais de treinamento
44	41.190 de 11 de setembro	Revoga-se a obrigatoriedade de esterilizar todos os equipamentos de trabalho após cada atendimento
45	41.214 de 21 de setembro	Proibição da realização e eventos que exijam licença do poder público com progressiva liberação nos meses de outubro de 2020 a janeiro de 2021. E define os órgãos competentes para a fiscalização das medidas de enfrentamento
46	41.260 de 29 de setembro	Define as medidas de prevenção e proteção além determinar a lotação para 1500 e o funcionamento das 9 h às 11h
47	41.320 de 08 de outubro	Revoga o horário de funcionamento das 10 h às 22 h
48	41.353 de 16 de outubro	Revoga-se que os estabelecimentos tenham fileira de cadeiras ocupada e outra desocupada.

49	41.392 de 27 de outubro	Estabelece os protocolos e medidas de segurança a serem observados para a visitação aos cemitérios do Distrito Federal no período da celebração do Dia de Finados
50	41.482 de 17 de novembro	Decreta o cancelamento realização das festas públicas de Réveillon 2020/2021 e Carnaval 2021
51	41.535 de 1º de dezembro	Dispõe sobre restrições de horário de funcionamento de bares, restaurantes e eventos culturais no Distrito Federal. Com exceção dos dias 24/12 e 31/12 de 2020
52	41.554 de 02 de dezembro	Excepcionalmente nos dias 24 e 31 de dezembro de 2020 os bares e restaurantes poderão funcionar após o horário estabelecido neste Decreto

Nota. Os 20 decretos em negrito foram citados na dissertação.

Apêndice B

Tabela B

Decretos Promulgados em 2021 pelo governador do Distrito Federal sobre a regulamentação de organizações, instituições, setores e segmentos comerciais

	Decretos selecionados	Destaques
1	41.764, de 03 de fevereiro	Adiciona disponibilização de condições para a higienização das mãos, limita a venda de ingressos no zoológico
2	41.789, de 10 de fevereiro	A proibição de festas, eventos ou blocos de carnaval no Distrito Federal, para conter o avanço da pandemia causada pelo novo coronavírus COVID-19
3	41.841, de 26 de fevereiro	Dispõe sobre o teletrabalho, em caráter excepcional e provisório, para os órgãos da administração pública direta, indireta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, como medida necessária à continuidade do funcionamento da administração pública distrital, em virtude da pandemia da COVID-19
4	41.840, de 26 de fevereiro	estabelece medidas temporárias de enfrentamento da emergência de saúde pública horário de funcionamento das atividades será limitado das 5 h às 20 h, exceto os seguintes estabelecimentos que obedecerão ao horário estipulado no respectivo alvará expedido
5	41.842, de 26 de fevereiro	Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19 (SARS-CoV-2), restringindo a mobilidade urbana
6	41.849, de 27 de fevereiro	Ficam suspensos até o dia 15 de março de 2021, no âmbito do Distrito Federal, todas as atividades e estabelecimentos comerciais, com trinta e quatro exceções de segmentos comerciais
7	41.869 de 05 de março	Flexibiliza a abertura para creches, escolas, universidades e faculdades, da rede de ensino privada. academias de esporte de todas as modalidades
8	41.874, de 08 de março	Institui toque de recolher das 22 h às 5 h, em todo Distrito Federal, no período agudo da pandemia de COVID-19
9	41.875, de 08 de março	Libera as atividades da imprensa
10	41.882 de 08 de março	Declara estado de calamidade pública, no âmbito da saúde pública do Distrito Federal, em decorrência da pandemia causada pelo Novo Coronavírus SARS-CoV-2
11	41.913, de 19 de março	Disserta sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19. Flexibilizando as restrições
12	41.992, de 12 de abril	Flexibiliza o horário para competições esportivas para após as 22h, proibição de venda de bebidas alcoólicas após as 21h, altera o funcionamento de bares e restaurantes das 11 h às 21 h
13	42.017, de 20 de abril	Dispõe de medidas para a população participar de museus e exposições de arte
14	42.059, de 03 de maio	Altera o horário para bebidas alcoólicas para as 23h e recolhimento noturno das 0 h às 5 h, estabelece o horário de funcionamento de Shopping Centers e Centros Comerciais das 10 h às 22 h; Bares e restaurantes das 11 h às 23 h
15	42.077, de 06 de maio	Flexibiliza o funcionamento de todo o comércio de rua das 09h às 20h e Salões de beleza, barbearias, esmaltarias e centros estéticos; Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Serviços de Reservas e Atividades de Organizações associativas das 8 h às 19 h

16	42.087, de 13 de maio	Ficam suspensos a realização dos eventos feiras e eventos corporativos e estabelece os protocolos e medidas de segurança específicos para casamentos e estabelecimentos de festas
17	42.116, de 24 de maio	Flexibiliza o horário de funcionamento de Academias de esporte de todas as modalidades das 6 h às 23 h
18	42.211, de 17 de junho	Autoriza a realização do licenciamento para realização de cursos profissionalizantes e de capacitação, a proibir a participação nas equipes de trabalho de pessoas consideradas do grupo de risco e flexibiliza as medidas de proteção para competições esportivas
19	42.219, de 21 de junho	Autoriza todas as competições esportivas profissionais e amadoras e os estabelecimentos que forneçam alimentação a cliente desde que observados os protocolos
20	42.234, de 24 de junho	Decreta a proibição a venda de bebidas alcoólicas após às 24h e recolhimento noturno das 1 h às 5 h em todo o território do Distrito Federal. E amplia o funcionamento de bares e restaurantes até as 24 h
21	42.253, de 30 de junho	Regulamenta o retorno ao trabalho presencial, com exceções de pessoas em descritas no Plano de Contingência da Secretaria de Estado de Saúde DF
22	42.267, de 05 de julho	Autoriza a realização de congressos, convenções, seminários, simpósios e palestras desde que respeitados os protocolos e medidas de segurança
23	42.297, de 14 de julho	Determina um protocolo de para a realização de competições esportivas profissionais e amadoras
24	42.310, de 16 de julho	Autoriza a participação de público nas competições esportivas mediante seguir as medias de prevenção e proteção
25	42.376 de 10 de agosto	Regulamenta a Lei nº 6.938, de 10 de agosto de 2021, que institui o Programa Cartão Gás como medida de enfrentamento das consequências sociais e econômicas decorrentes da pandemia da Covid-19 e seus efeitos
26	42.420 de 23 de agosto	Determina que os estabelecimentos privados deverão encerrar as suas atividades às 24h, porém podem continuar a funcionar na modalidade de delivery e drivethru

Nota. Os sete decretos em negrito foram citados na dissertação